



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2022

Revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural 2007



FASE 4 - PRODUTO 2.18
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

AUGUSTINHO ZUCCHI Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

AUGUSTINHO ZUCCHI	Superintendente
CAMILA MILEKE SCUCATO	Superintendente Executiva
HÉLIO SABINO DEITOS	Diretor de Operações
JOSE ELIZEU CHOCIAI	Diretor de Administração e Finanças
VIRGÍNIA THEREZA NALINI	Coordenadora de Projetos
ALBARI ALVES DE MEDEIROS	Coordenador de Operações
RODRIGO JOSÉ KUSMA	Coordenador de Tecnologia da Informação
FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA	Coordenador ER Maringá
JONATAN JEFERSON SANTOS BRACHAK	Coordenador ER Ponta Grossa e de Guarapuava
HELIO ROBERTO MARZALEK JUNIOR	Coordenador de ER, RMC e Litoral
AMERICO MEGUMY NONAKA	Coordenador ER Cascavel
JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL	Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Prefeito

2020 - RICARDO ENDRIGO

2021 - ANTÔNIO FRANÇA BENJAMIM

Vice-prefeito

2020 - JOSÉ VANI GRASSI

2021 - EVANDRO ROHLING MEES

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2022

*Revisão do Plano Diretor
Participativo Urbano e Rural 2007*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 145/2019

REF.: TOMADA DE PREÇOS NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 06/2019

Julho / 2022

APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a Fase 4 – Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do Plano Diretor Municipal de Medianeira, quanto a elaboração do Plano de Ação e Investimento – PAI, para definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços nº 145/2019, celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. e a Prefeitura Municipal de Medianeira. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços na modalidade Técnica e Preço nº 06/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor de Medianeira.

Este produto também relaciona as propostas e ações com os objetivos para o desenvolvimento visando a garantia dos direitos dos cidadãos tomando por base o contido nas Agenda 21 e 2030 da ONU e a Nova Agenda Urbana para a Inovação, Inteligência e Sustentabilidade das cidades em conjugação com a Análise Temática do Município. Baseia-se também no contido no Estatuto da Cidades no seu artigo 2º para garantir o direito à cidade sustentável e sua gestão democrática.



SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE QUADROS	5
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	7
1. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS DE MEDIANEIRA	12
1.1. AÇÕES REFERENTES AO EIXO AMBIENTAL	14
1.2. AÇÕES REFERENTES AO EIXO SOCIOESPACIAL	24
1.2.1. DIREITOS À TERRA URBANA E MORADIA.....	24
1.2.2. SERVIÇOS PÚBLICOS	26
1.2.3. PROPOSTAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL.....	40
1.2.4. PROPOSTAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE	52
1.3. PROPOSTAS DO EIXO ECONÔMICO (TRABALHO E LAZER)	59
1.4. PROPOSTAS DO EIXO INSTITUCIONAL	68
1.5. SÍNTESE DAS AÇÕES DO PAI	71
2. CONCLUSÃO - CAPACIDADE MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS	72
REFERÊNCIAS	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DA MATRIZ DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS, SEGUNDO TERMO DE REFERÊNCIA.....	13
QUADRO 2: RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE COM OS “ODS”	13
QUADRO 3: CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	14
QUADRO 4: CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS.....	16
QUADRO 5: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs).....	18
QUADRO 6: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM	20
QUADRO 7: MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS	22
QUADRO 8: PROPOSIÇÃO PARA A GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE.....	24
QUADRO 9: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE ...	26



QUADRO 10: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	28
QUADRO 11: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	31
QUADRO 12: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	34
QUADRO 13: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO.....	36
QUADRO 14: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA	38
QUADRO 15: PROPOSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	40
QUADRO 16: PROPOSIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	42
QUADRO 17: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA.....	44
QUADRO 18: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA.....	46
QUADRO 19: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	50
QUADRO 20: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO	52
QUADRO 21: MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO.....	55
QUADRO 22: IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO.....	57
QUADRO 23: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO	59
QUADRO 24: DESENVOLVIMENTO SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	61
QUADRO 25: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	63
QUADRO 26: DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO	65
QUADRO 27: ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, INSTITUCIONAL E DE FISCALIZAÇÃO	68
QUADRO 28: SÍNTESE DAS AÇÕES POR EIXO.....	71



RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

COORDENAÇÃO

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

COORDENAÇÃO TÉCNICA

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1

DIOGO CORTOPASSI LOBO

Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D

LIDIA SAYOKO TANAKA

Engenheira Ambiental CREA/PR 87131/D

FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Geógrafo, CREA/PR 27916/D

ANA PAULA WOSNIAK

Geóloga, CREA/PR 30050/D

JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT

Economista, CORECON/PR 5954

BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO

Advogado, OAB/PR 48641

DENISON BARCIK ALVES

Administrador CRA/PR 20-31109

ANA MARIA LORICI SANTIN

Cientista Social

SAMIRA DE ARAUJO BOAZA

Assistente Social CRESS/PR 5452

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI

Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2

BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA

Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS

Administrativo / Financeiro

ALBERTO LOPES DAL'OSTO

Administrativo / Logística



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2020

Instituída pelo **DECRETO Nº 087/2020**, de 05 de março de 2020

COORDENAÇÃO

CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO

ERCI BALDISSERA Gestor de Negócios
ADRIANA MEOTTI Profissional em Processos Gerenciais
ALBERTO DELA JUSTINA Negociador Imobiliário, CRECI-PR F24279
CANDIDA FACHINETTO PAZ Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0
CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
CARLOS DIAS ALVES Economista, CORECON/PR 5.595/6
DEVANI AMORIM LOPES Técnica Ambiental
MARCOS GIOVANI RIGOTTI Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH Administradora
MICHELLE SEBEN Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN Assistente Social, CRESs/PR 6602
VANIA RAQUEL FURMANN MOREIRA Bacharel em Direito
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO Gestor Público
MAURO ALVES PINTO Coronel da Reserva da Polícia Militar do Paraná
FRANCIELE BADO Jornalista, MTB 0011240/PR
JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA Publicitário e profissional de marketing
ALVARO ALLAN ZANELLA Bacharel em Direito
MARINÉS PIRES FAQUIM Profissional em Processos Gerenciais

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDUARDO BARATTO Engenheiro Civil, CREA-PR 86.819/D
WALTER RICARDO SCHUELER Engenheiro Civil, CREA-PR 135.896/D

PROCURADORIA

MARCELO OSCAR KUSMIRSKI Advogado, OAB/PR 31.477
MIRNA LOI SCHIZZI Advogada, OAB/PR 6331
SERGIO AUQUSTO MITTMANN Advogado, OAB/PR 040021
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR Advogado, OAB/PR 28214
STELLA CRISTINA BRANDENBURG Advogada, OAB/PR 046818

SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO

DILVO JOSÉ BERNARDON Técnico em Contabilidade
GREISE LEONHARDT Técnica em Gerenciamento Ambiental
PERCY MARCOS MARCOLLA Técnica Ambiental

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA Contadora
KATHIERE DE OLIVEIRA Nível Médio
PAULO RICARDO SCHNEIDER Gestor Comercial



SECRETARIA DE FINANÇAS

CARLOS ALBERTO CAOVILO

ADILSON FERREIRA GOMES

CARLOS EDUARDO FRANZES

Contador, CRC/PR 018257/0-0

Gestor Empresarial

Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da
Computação

TIAGO ROBERTO DEMARCHI BUENO

Gestor Público

MARIA GORETE MARCA

Gestora Pública e Contadora, CRC/PR 043498-0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CLAIR TEREZINHA RUGERI

Bacharel em Letras

MARIA HELENA BARP

Pedagoga

TELMO LUIZ DE MARQUE

Nível médio

SECRETARIA DA SAÚDE

DAYSE ANA ALBERTON CAVALLERI

Administradora

RENATA BERTA ALÉSSIO

Enfermeira, COREN 222113

LUCIANO FRANCIELI MARSARO

Administrador Hospitalar, CRA/PR 15.540

DIONIR MACIEL PEDROZO

Técnico em Segurança do Trabalho, TEM/PR 4396-6

SEBASTIÃO MARCOLINO DA SILVA

Técnico em Enfermagem e Gestão Pública

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DELDIR BERTA ALÉSSIO

Bacharel em Ciências

CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO

Assistente Social, CRESSs 5938 - 11ª Região

JOYCE GRACIELLE CHIES BILSKI

Gestora Ambiental

SECRETARIA DE ESPORTES

JOSELITO MUNIZ DOS SANTOS

Educador Físico

JOÃO ALEXANDRE HENTZ

Administrador, CRA/PR 20-20199

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 311/2021**, de 18 de junho de 2021

COORDENAÇÃO

CARLA OTT

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

MICHELLE SEBEN

Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA

Secretária de Administração e Planejamento

ADIRLENE APARECIDA MOURA HORONZI

Chefe de Departamento Executivo

ADRIANA MEOTTI

Profissional em Processos Gerenciais

BEATRIZ REGINA FIEBIG

Arquiteta e Urbanista, CAU A179737-9

CANDIDA FACHINETTO PAZ

Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0

CARLA OTT

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO

Gestor Público

EDNA MARIA JULIÃO

Gestora Pública

MARCOS GIOVANI RIGOTTI

Tecnólogo em eletromecânica



MARIA JAQUELINA STEINBACH	Administradora
MICHELLE SEBEN	Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN	Assistente Social, CRESs/PR 6602
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ISAIAS FRANÇA BENJAMIM	Secretário de Obras e Serviços Públicos
IGOR EDUARDO GRANDE	Engenheiro Civil, CREA-PR 101329/D
KAIO CESAR RAMOS MACIEL	Engenheiro Civil, CREA-PR 175142/D
PROCURADORIA	
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR	Advogado, OAB/PR 28214
VITOR EDUARDO FROSI	Procurador Geral - Advogado, OAB/PR 36904
SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	
SEBASTIÃO ANTONIO	Secretário de Agricultura Sustentável e Abastecimento
EDUARDO ZIGLIOLI	Eng. Ambiental e Mestrado Téc. Ambiental.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
MARCIA HANZEN	Secretária de Desenvolvimento Econômico
SIMONE MATTOS	Administradora
SECRETARIA DE FINANÇAS	
MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO	Secretária de Finanças
CARLOS EDUARDO FRANZES	Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da Computação
CLEITON LUIZ WELTER	Ciências Contábeis
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
CLAIR TEREZINHA RUGERI	Secretária de Educação
FRANCIELE PEREGO GARCIA	Professora - Mestrado Educação Matemática
SECRETARIA DA SAÚDE	
ROSANGELA FIAMETTI ZANCHETT	Secretária de Saúde
LUCIANA FRANCIELI MARSARO	Administradora Hospitalar, CRA/PR 15.540
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ADRIANO BOTH	Secretário de Assistência Social
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO	Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
SECRETARIA DE ESPORTES	
VOLMIR ANTONIO BEGNINI	Secretário de Esportes

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2020

Instituído pelo **DECRETO Nº 516/2019**, de 17 de dezembro de 2019

PRESIDENTE

ERCI BALDISSERA Secretário de Administração e Planejamento

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

ERCI BALDISSERA Representante do Poder Público Municipal



CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual -
Emater	
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual -
Sanepar	
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do Segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do Segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante da Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos Movimentos Populares

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 302/2021**, de 14 de junho de 2021

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante de Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos movimentos populares

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

MARISTELA DE PAULA MULLER
Analista de Desenvolvimento Municipal



1. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS DE MEDIANEIRA

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) é o elemento balizador para permitir aos municípios o atendimento à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006 (PARANÁ, 2006), que torna a existência de Plano Diretor pré-requisito para obtenção de recursos junto ao Governo do Estado:

"Art. 3º. Na elaboração, implementação e controle dos Planos Diretores Municipais os Municípios deverão observar as disposições do Estatuto da Cidade e deverão ser constituídos ao menos de:

IV - plano de ação e investimentos, compatibilizados com as prioridades do Plano Diretor, com o estabelecimento de ações e investimentos compatibilizados com a capacidade de investimento do Município e incorporado nas Leis do Plano Plurianual – PPA, Diretrizes Orçamentárias – LDO e Orçamento Anual – LOA (PARANÁ, 2006)".

O Plano de Ação e Investimentos indica as proposições/ações e projetos prioritários, tendo em vista as estimativas de custo em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais para os próximos 05 (cinco) anos, em compatibilidade com a capacidade de investimento do município. Deve, pois, ser avaliado anualmente o ano anterior e incluído mais um ano para mantê-lo sempre com 5 anos de forma a ser subsídio para o Plano Plurianual (PPA) que é elaborado a cada 4 anos, e anualmente para subsidiar as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA). A avaliação do ano anterior e a definição das novas ações e investimentos deverão ser objetos de apreciação do Conselho do PDM, ou similar, existente no município, observadas as prerrogativas do mesmo, asseguradas em lei municipal.

O PAI proposto para Medianeira segue o modelo estabelecido no Termo de Referência (**QUADRO 1**), da presente Revisão, com algumas adaptações, constando de maneira geral: Órgão Responsável, "Dimensão / Função / Subfunção" (extraídos da Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999 - BRASIL, 1999); ações (projetos/atividades), investimento previsto, prazos, indicadores, metas e fontes de recursos.

Quanto aos prazos, cabe destacar que estes têm início no ano de aprovação do PDM, devendo haver certa flexibilidade em relação às atividades e prazos, que dependem da captação de recursos do município, entre outros, sendo imprescindível a avaliação constante do PAI. Os períodos temporais definidos para os prazos são os seguintes:

- prazo imediato: ano 1 - início da ação após aprovação do Plano Diretor Municipal;
- prazo curto: 01 a 03 anos - início da ação após aprovação do Plano Diretor Municipal;
- prazo médio: 03 a 05 anos - início da ação após aprovação do Plano Diretor Municipal.

QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DA MATRIZ DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS, SEGUNDO TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável (órgão / unidade orçamentária)	Direitos à cidade sustentável	Dimensão (função / subfunção)	Objetivo (programa)	Tema – ação (projeto / atividade)	Localização (especificar)	Meta (programação física): 1-Prevista 2-Realizada	Custo (despesa orçamentária)	Prazo	Indicador de Resultado	Fonte de recursos (recursos orçamentários)

Fonte: PARANACIDADE, 2019 – Termo de Referência

A seguir, apresentam-se os quadros de detalhamento das ações propostas para o PAI de Medianeira, vinculadas a cada um dos Eixos de Desenvolvimento, diretamente relacionados às dimensões da sustentabilidade: ambiental, socioespacial, econômica e institucional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Agenda 2030, conforme retoma o **QUADRO 2**, a seguir. As ações tiveram origem a partir das *Propostas para garantir o direito à cidade sustentável* apresentadas no Produto 2.20 da Fase 3 da presente Revisão.

QUADRO 2: RELAÇÃO DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE COM OS “ODS”





DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	ODS RELACIONADOS
1 - Ambiental	
2 – Socioespacial Uso e Ocupação do Solo Serviços Públicos Saneamento Ambiental Infraestrutura Urbana e Transporte	
3 - Econômica	
4 - Institucional	

Fonte: CNM, 2016.



1.1. AÇÕES REFERENTES AO EIXO AMBIENTAL

QUADRO 3: CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

EIXO (E)		E1 - AMBIENTAL						
DIRETRIZ (D)		D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P1 - CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS						
OBJETIVO		Buscar a conservação da qualidade ambiental da rede hídrica municipal, por meio de conscientização, fiscalização e realização de obras estruturais, tais como de drenagem, para evitar erosões e assoreamento dos leitos dos rios, de saneamento, dentre outras.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento (Divisão de Meio Ambiente)	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental / 544 – Recursos Hídricos. 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização.	Instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos estabelecendo normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos, através da criação do sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos.	CURTO	Implantação da política e do sistema municipal de gerenciamento	Política e sistema municipal de gerenciamento implantado	-	Recursos próprios.
2			Elaborar e implementar programa de conservação e proteção dos recursos hídricos municipais que contemple ações para a preservação dos fundos de vale, proteção das nascentes, recomposição das APPs, entre outras.	IMEDIATO	% do programa implementado	100% das ações previstas no Programa de preservação dos recursos hídricos implementadas	R\$ 1.500.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
3			Elaborar e implementar Programa de Revitalização da Bacia do Rio Alegria, contemplando o inventário florestal da bacia hidrográfica, avaliação das condições das nascentes, identificação das regiões mais fragilizadas ou degradadas, proposição de ações para sua recuperação, prazos, metas e investimentos necessários, com apoio da Itaipu Binacional e Lindeiros do Lago de Itaipu.	CURTO	% do programa implementado	100% das ações previstas no Programa de revitalização implementadas	R\$ 800.000,00 (1)	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Secretaria do Desenvolvimento







							Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios; Itaipu Binacional.
4		Estabelecer sistema de monitoramento e acompanhamento sistemático da qualidade hídrica dos mananciais que abastecem o município em parceria com a SANEPAR.	CONTÍNUO	quantidade de análises e relatórios da qualidade da água realizadas	análises e relatórios trimestrais	R\$ 10.000,00 /ano	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
5		Realizar rígida fiscalização dos usos e ocupação do solo na sede urbana, especialmente sobre área de manancial de abastecimento público de água. No caso da área rural sobre manancial, proceder à conscientização dos proprietários ali assentados para adoção de práticas sustentáveis em suas atividades produtivas, como por exemplo os cultivos orgânicos.	CONTÍNUO	% de área municipal fiscalizada	80% da área municipal fiscalizada	R\$ 20.000,00 /ano	Recursos próprios.
6		Elaborar estudo sobre a necessidade de criação e implementação da bacia de retenção nas depressões dos rios Ipezinho e terreno anteriores, para evitar alagamentos, bem como alargar o encontro dos rios, reformar ponte (trecho São Carlos) e aumentar o canal do rio canalizado para aumentar as áreas de infiltração.	CURTO	elaboração de estudo sobre: bacia de retenção; alargamento dos rios; reforma de ponte e aumento do canal do rio	estudo sobre bacia de retenção; alargamento dos rios; reforma de ponte e aumento do canal do rio elaborado.	R\$ 850.000,00	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
7		Elaborar estudos em parceria com instituições acadêmicas (UTFPR e outras), sobre a possibilidade de outras fontes de captações de água para abastecimento público, contemplando a qualidade, capacidade hídrica, capacidade de armazenamento e distribuição das águas.	MÉDIO	elaboração de estudo sobre outras fontes de captações de água	estudo sobre outras fontes de captações de água elaborado.	-	Parceria com a UTFPR e outras instituições de ensino.
8		Promover a fiscalização, por meio de parcerias com universidades (UTFPR e outras), das ligações clandestinas de esgoto nas águas pluviais.	CURTO	% de ligações clandestinas fiscalizadas	80% de ligações clandestinas fiscalizadas	-	Parceria com a UTFPR e outras instituições de ensino.
TOTAL						R\$	3.180.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

(1) Custo estimado, que varia em função do Programa de Revitalização a ser elaborado. Trata-se de parcerias público-privadas determinado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a Prefeitura e Ministério Público.

QUADRO 4: CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS

EIXO (E)		E1 - AMBIENTAL						
DIRETRIZ (D)		D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P2 - CONSERVAÇÃO DOS REMANESCENTES FLORESTAIS						
OBJETIVO		Promover a criação de corredores ecológicos de biodiversidade ou mesmo criação de unidades de conservação como as RPPNs. Na sede alguns morros merecem destaque e deve-se buscar sua preservação e conservação.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função Portaria 42/1999)	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	18-Gestão Ambiental / 543 – Recuperação de Áreas Degradadas	Readequar o horto florestal, revitalizar área degradada ¹ e estabelecer parcerias entre setor público e privado, por meio de apoio técnico, serviços de manutenção e fornecimento de mudas para a implantação e manutenção de áreas verdes, atendendo aos critérios de uso e preservação dessas áreas.	CURTO	Readequação do horto florestal e revitalização da área degradada	Horto florestal readequado e área degradada revitalizada	R\$ 200.000,00	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Recursos próprios.
2		18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental	Identificar e categorizar pontos de coletas de dados ambientais, com a demarcação dos maciços florestais e áreas verdes públicas do território municipal de modo a implementar corredores ecológicos e de biodiversidade.	CURTO	% de maciços florestais identificados e categorizados	100% dos maciços florestais identificados e categorizados	R\$ 15.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
3	Secretaria de Administração e Planejamento	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental	Promover incentivos junto aos proprietários particulares municipais para instituição de unidades de conservação na categoria Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).	MÉDIO	Número de novas UCs – RPPNs instituídas	03 novas UCs-RPPNs instituídas em 5 anos	-	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
4		18-Gestão Ambiental / 542 – Controle Ambiental e 04-Administração /	Promover o enquadramento dos Parque Urbanos e Lineares ao longo dos rios (a serem criados), na categoria de unidade de conservação Parque Urbano, visando o recebimento de ICMS Ecológico.	MÉDIO	% de Parques Urbanos e Lineares	80% de Parques Urbanos e Lineares enquadrados na categoria de UC	R\$ 250.000,00 (1)	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do

¹ Área hoje utilizada como bota fora que deverá ser restaurada para ampliação do horto municipal.



	125 – Normatização e Fiscalização			enquadrados na categoria de UC			Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
5	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização	Instituir e incorporar no Município um sistema de parceria e apoio aos produtores rurais, com o objetivo de ampliar o interesse do homem do campo em conservar os recursos naturais, buscando a coexistência da preservação ambiental e da atividade rural, sem que haja redução da renda da pequena propriedade.	CURTO	% de produtores rurais com parceria e apoio	100% de produtores rurais com parceria e apoio	-	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Recursos próprios.
6	18-Gestão Ambiental / 542 – Controle Ambiental 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização	Promover a fiscalização contínua dos maciços florestais, unidades de conservação (Sepé-Tiaraju e Tupa-Mbae) e áreas verdes do território municipal, garantindo sua preservação e conscientizando da população quanto à importância de sua manutenção e preservação.	CONTÍNUO	% de maciços florestais e áreas verdes fiscalizados	100% de maciços florestais e áreas verdes fiscalizados	R\$ 20.000,00	Recursos próprios.
7	04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização	Padronizar a nomenclatura/termos dados às áreas verdes registradas nas matrículas dos imóveis, por meio de parceria com os cartórios municipais.	IMEDIATO	firmação de parceria com os cartórios municipais	parceria com os cartórios municipais firmada	-	Recursos próprios.
TOTAL						R\$	3.165.000,00





FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

(1) Custo estimado considerando a elaboração de estudos ambientais para embasar o enquadramento ambiental junto ao órgão competente.



QUADRO 5: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)

EIXO (E)		E1 - AMBIENTAL						
DIRETRIZ (D)		D1 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P3 - RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)						
OBJETIVO		Preservar e recompor as Áreas de Preservação Permanente (APPs), tanto na área urbana quanto na rural, visando a garantia da qualidade hídrica, dos solos e da paisagem bem como a regeneração da biota, por meio da redução dos efeitos de borda nos remanescentes florestais, formação de corredores ecológicos e especialmente, no caso das áreas urbanas, na redução de ocorrências de movimentos de massas e inundações.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	- Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento - Secretaria de Administração e Planejamento	18-Gestão Ambiental/ 542 – Controle Ambiental e 19-Ciência e Tecnologia / 572-Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	Inventariar todas as APPs e nascentes urbanas através de levantamento <i>in loco</i> , para análise do atual estado de conservação das mesmas, com criação de banco de dados digital, integrado à base cartográfica urbana digital e cadastro técnico, com atualizações anuais.	CURTO	% de APPs e nascentes urbanas inventariadas	100% de APPs e nascentes urbanas inventariadas	R\$ 250.000,00 (1)	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
2		18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental / 543- Recuperação de Áreas Degradadas	Desenvolver programa de limpeza e desassoreamento nos fundos de vale, rios, córregos e suas margens, em especial rios em trechos urbanos.	IMEDIATO	Desenvolvimento de programa de limpeza e desassoreamento	Programa de limpeza e desassoreamento desenvolvido	R\$ 550.000,00	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
3		18-Gestão Ambiental / 542 – Controle Ambiental e 16-Habituação / 482-Habituação Urbana	Cadastrar as edificações irregulares em APPs, sobretudo aquelas localizadas em áreas de risco.	CURTO	% de cadastro das edificações irregulares em APP e áreas de risco	100% de cadastro das edificações irregulares em APP e áreas de risco	R\$ 150.000,00 (1)	Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU-PR) - COHAPAR; Recursos próprios.



4	18-Gestão Ambiental / 543-Recuperação de Áreas Degradadas	Distribuir mudas produzidas no horto municipal, aos interessados, para recompor as matas ciliares (APPs) dos rios municipais	CONTÍNUO	% de mudas necessárias distribuídas	80% de mudas necessárias distribuídas	R\$ 250.000,00	Recursos próprios.
5	18-Gestão Ambiental / 542 – Controle Ambiental e 04-Administração / 125-Normatização e Fiscalização	Realizar fiscalizações periódicas nas APPs municipais.	CONTÍNUO	% de APPs fiscalizadas	100% de APPs fiscalizadas	R\$ 20.000,00	Recursos próprios.
TOTAL						R\$	1.220.000,00





FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

(1) Custo estimado considerando averiguações em campo (in loco) para maiores detalhamentos.



QUADRO 6: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM

EIXO (E)		E1 - AMBIENTAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P4 - CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM						
OBJETIVO		Compatibilizar a conservação dos recursos naturais com o uso público destas áreas visando sua valorização ambiental, lazer, cultura, educação e circulação não motorizada, além de fornecer subsídios para um melhor planejamento ambiental. Ainda, buscar soluções quanto aos aspectos de arborização urbana.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município (sede urbana, Distrito de Maralúcia e área rural).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função Portaria 42/1999)	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	- Secretaria de Desenvolvimento Econômico	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental	Elaborar e implementar Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos, inclusive no Centro, que contemple: a utilização das espécies adequadas, a substituição das espécies frutíferas (mangueiras, principalmente), poda, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração); manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas).	CURTO	Elaboração e Implementação do Plano de Arborização Urbana	Plano de Arborização Urbana elaborado e implementado	R\$ 350.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Recursos próprios.
2	- Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental	Elaborar e distribuir cartilha orientativa do Plano de Arborização Urbana aos munícipes quanto às espécies adequadas a serem plantadas e as formas corretas de plantio, indicando o prazo gradual para a substituição das espécies frutíferas ou outras que não constem na listagem de espécies adequadas.	CURTO	Elaboração de cartilha orientativa do Plano de Arborização Urbana	Cartilha orientativa do Plano de Arborização Urbana elaborada	R\$ 50.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
3	- Secretaria de Administração e Planejamento	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental e 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização	Instituir e implementar novas áreas verdes, tais como parques públicos e praças, distribuídas em diferentes setores de interesse ambiental e de lazer, considerando o conforto climático, sonoro e visual, pelo aumento da permeabilidade do solo, e que se constituam em marcos de referência dotados de valores cênicos e simbólicos, vinculados à imagem da cidade.	MÉDIO	Quantidade de novas áreas verdes públicas implantadas	Novas 3 áreas verdes públicas implantadas em 5 anos.	R\$ 1.200.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Recursos próprios.



4		04-Administração / 127 – Ordenamento Territorial	Estabelecer parcerias entre os loteadores e o Poder Público Municipal para a implantação das áreas verdes e/ou praças nos loteamentos.	MÉDIO	Estabelecimento de parcerias público-privadas	Parcerias público-privadas estabelecidas	-	Recursos próprios.
5		04-Administração / 127 – Ordenamento Territorial	Ampliar e aprofundar a educação ambiental junto às instituições formais de educação, à sociedade civil organizada, aos servidores públicos, aos produtores rurais e à comunidade em geral, através de divulgação e promoção de campanhas, compreendendo preservação do meio ambiente, recuperação de áreas de preservação permanente (APPs), uso racional da água, solo e remanescentes florestais, além de temas relacionadas aos sistemas de coleta, manejo e tratamento dos resíduos sólidos, fortalecendo princípios essenciais para a seleção e reciclagem dos resíduos reaproveitáveis	CURTO	Quantidade de campanhas e atividades educacionais realizadas	Realizar ao menos uma campanha ou atividade educacional por trimestre	R\$ 20.000,00	Ministério da Educação (MEC); Recursos próprios.
6	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	15- Urbanismo / 451- Infraestrutura Urbana e 13- Cultura / 391- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Implantar estruturas de valorização ambiental e da paisagem nas áreas de interesse turístico (Pedreira, Espigão, Morro da Salete, Maralúcia e igrejinhas das comunidades rurais).	MÉDIO	Quantidade de estruturas de valorização ambiental e da paisagem implantadas	Implantação de ao menos 01 estrutura de valorização ambiental e da paisagem ao ano (em 5 anos)	R\$ 800.000,00 (1)	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
7	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental e 15-Urbanismo/ 451 - Infraestrutura Urbana	Implementar Parques Lineares Urbanos (com implantação de trilhas ou calçada ecológica e ciclovia, etc.)	MÉDIO	Implementação de Parques Lineares Urbanos	Parques Lineares Urbanos implementados	R\$ 1.000.000,00 (2)	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
8		18-Gestão Ambiental/ 541 – Preservação e Conservação Ambiental.	Promover a participação de empreendimentos no enquadramento e certificações de sustentabilidade, por meio de Selos Verdes, tanto para construções quanto para gestões sustentáveis, voltados a empresas em geral.	MÉDIO	% de empreendimentos com certificações de sustentabilidade (Selo Verde)	70% dos empreendimentos com certificações de sustentabilidade (Selo Verde)	-	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
TOTAL							R\$	3.420.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.





NOTA:

(1) Custo estimado, que varia em função da tipologia de estrutura a ser implantada.



(2) Custo estimado, que varia em função de um projeto específico. Deve-se iniciar pela implantação de Parque Linear ao longo do Rio Alegria.

QUADRO 7: MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS

EIXO (E)		E1 - AMBIENTAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P5 - MANEJO DE AGROTÓXICOS E PRODUTOS PERIGOSOS						
OBJETIVO		Conscientizar os produtores rurais a seguir as normas técnicas e legislações vigentes quanto ao uso, manejo e descarte correto das embalagens vazias de agrotóxicos, mediante implementação de ações conjuntas de incentivo e constante fiscalização municipal quanto ao cumprimento das restrições legais, sobretudo nas áreas de manancial de abastecimento público.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	18-Gestão Ambiental/ 542 – Controle Ambiental. 3 – Cultura/ 391- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Restringir o uso de agrotóxicos nas áreas de mananciais de abastecimento público de água	MÉDIO	Implantação da legislação	Legislação implantada	-	Recursos próprios.
2		18-Gestão Ambiental/ 542 – Controle Ambiental. 04-Administração/ 125 – Normatização e Fiscalização	Proibir a instalação de estabelecimentos como barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxidade nas áreas urbanizadas do Município.	IMEDIATO	Implantação da legislação e fiscalização	Legislação implantada e fiscalização realizada	-	Recursos próprios.
3		18-Gestão Ambiental/ 542 – Controle Ambiental. 04-Administração/ 125 – Normatização e Fiscalização	Fiscalizar e monitorar os agentes poluidores dos solos e cursos d'água na área urbana e rural, tais como: resíduos sólidos dispostos inadequadamente e não tratados, ferros-velhos, oficinas mecânicas, atividades econômicas - agropecuárias, industriais e agroindustriais - potencialmente poluidoras, disposição inadequada de resíduos na área rural (agrotóxicos, defensivos agrícolas, fertilizantes, esgotos domiciliares das comunidades rurais), entre outros.	CONTÍNUO	% de fiscalização dos potenciais agentes poluidores	Fiscalizar 100% dos agentes poluidores	R\$ 20.000,00	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Recursos próprios.



4	18-Gestão Ambiental/ 542 – Controle Ambiental. 04-Administração/ 125 – Normatização e Fiscalização	Incentivar a instalação no município, de barracões comunitários de recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, com apoio de revendedores, para o recolhimento, armazenamento, manuseio e envio aos órgãos de reciclagem, conforme legislação federal e estadual existente.	CURTO	Quantidade de barracões comunitários de recolhimento de embalagens de defensivos agrícolas	Implantação de 02 barracões comunitários de recolhimento de embalagens de defensivos agrícolas	R\$ 220.000,00 (1)	Ministério da Agricultura; Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR); Recursos próprios.
TOTAL						R\$	240.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:




(1) Custo estimado considerando a construção de 02 barracões com dimensão 10x10m cada. Considerou-se o CUB/m² de R\$ 1.100,00 (SINDUSCON-PR, 2022).



1.2. AÇÕES REFERENTES AO EIXO SOCIOESPACIAL

1.2.1. DIREITOS À TERRA URBANA E MORADIA

QUADRO 8: PROPOSIÇÃO PARA A GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D1 - SUSTENTABILIDADE E ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P6 - GARANTIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE						
OBJETIVO		Promover mudanças estruturais tanto físicas quanto conceituais a fim de ampliar o direito aos munícipes à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos de maneira adequada e integrada.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	15- Urbanismo / 451-Infraestrutura Urbana e 452 – Serviços Urbanos	Controlar a dinâmica do mercado imobiliário através da aplicação da legislação de uso e ocupação do solo, bem como dos instrumentos urbanísticos, que induzirão o crescimento ordenado da cidade, valorizando setores diversos para parcelamentos, negócios e edificações.	CURTO	Aplicação da legislação do Uso e ocupação do solo e de instrumentos de indução urbana	Legislação aplicada. Induzir o crescimento ordenado da cidade	-	Recursos próprios.
2	Secretaria de Administração e Planejamento	15- Urbanismo / 451-Infraestrutura Urbana	Promover a ocupação dos vazios urbanos, por meio da implantação das diretrizes e conexões viárias propostas.	MÉDIO	% de vazios urbanos ociosos ocupados	50% dos vazios urbanos ociosos ocupados (em 5 anos)	(1)	Recursos próprios.
3	Secretaria de Administração e Planejamento	15- Urbanismo / 452-Serviços Urbanos 16- Habitação / 482 – Habitação Urbana	Promover a criação e implantação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) por meio de legislação específica, possibilitando inclusive parcerias e benefícios aos proprietários de terras que queiram criar ZEIS.	CURTO	Implantação das ZEIS	ZEIS implantadas	-	Recursos próprios.
4	Secretaria de Administração e Planejamento	15- Urbanismo / 452-Serviços Urbanos	Elaborar Plano de Regularização Fundiária para as áreas de ocupação irregular, passíveis de regularização, contemplando a urbanização e realocação parcial de famílias, quando necessário.	CURTO	Elaboração do Plano de Regularização Fundiária	Plano de Regularização Fundiária elaborado	R\$ 800.000,00 (2)	Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas



		16- Habitação / 482 – Habitação Urbana						(SEDU-PR) - COHAPAR; Recursos próprios.
5	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	15- Urbanismo / 452-Serviços Urbanos	Elaborar a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).	CURTO	Elaboração do PLHIS	PLHIS elaborado	R\$ 300.000,00	Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU-PR) - COHAPAR; Recursos próprios.
	Secretaria de Administração e Planejamento	16- Habitação / 482 – Habitação Urbana						
6		15- Urbanismo / 452-Serviços Urbanos	Realizar a realocação das famílias em áreas de risco, vulnerabilidade ambiental e/ou em áreas de preservação permanente (APPs).	MÉDIO	% de levantamento das áreas ocupadas irregularmente	Levantamento de 100% das áreas ocupadas irregularmente	R\$ 23.250.000,00 (3)	Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU-PR) - COHAPAR; Recursos próprios.
TOTAL							R\$	24.350.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

(1) Os custos de infraestrutura para implantação das diretrizes e conexões viárias já estão computados na ação 8 da P18 - ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO.





(2) Considerando o Plano de Regularização das seguintes áreas, necessitando algumas delas de realocação parcial de famílias: Vila Nova (Loteamento Moradias Medianeirenses); Vila Operária; Jardim Novo Horizonte; Vila Alegria; Vila Parma; Jardim da Luz Itaipu; Final da Cidade Alta e Pedreira Linha Bom Jesus. Custo estimado de elaboração de plano em R\$ 100.000,00 por área.

(3) Considerando a realocação famílias das ocupações: Ipezinho e Área Institucional Loteamento Santa Inês. Custo estimado em R\$ 150.000,00 por família (total de 155 famílias), que dependerá de levantamentos in loco específicos, também objeto do PLHIS a ser revisado.



1.2.2. SERVIÇOS PÚBLICOS

QUADRO 9: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P7 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO DE SAÚDE						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação dos serviços e equipamentos de saúde.						
LOCALIZAÇÃO		Toda a sede urbana (em especial as porções a norte e a leste, nas quais o perímetro foi ampliado e demais adequações e/ou ampliação das UBS existentes conforme mapeamento e diagnóstico local futuro da secretaria da Saúde).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria da Saúde	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana, 10 - Saúde / 301 – Atenção Básica e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Adequar as estruturas de prestação dos serviços de saúde à demanda a partir da ampliação e/ou reformas das unidades existentes, bem como ampliação do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, proporcionando melhor atendimento na área da saúde e qualidade de vida da população.	MÉDIO	% de execução da obra	100% da execução da obra	R\$ 450.000,00 (2)	Ministério da Saúde; SES-PR; Recursos Próprios.
2		10 - Saúde / 301 – Atenção Básica e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Estruturar e equipar as 03 novas UBS em processo de construção.	CURTO	% das UBS em construção equipadas e estruturadas	100% das UBS em construção estarem equipadas e estruturadas	(3)	Ministério da Saúde; SES-PR; Recursos Próprios.
3		15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Construir mais 03 UBS nos bairros em que se propõe a ampliação do perímetro (Belo Horizonte, Ipê e Panorâmico).	MÉDIO	% de execução da obra	100% da execução da obra	R\$ 2.565.000,00 (4)	Ministério da Saúde; SES-PR; Recursos Próprios.
4		11 - Saúde / 301 – Atenção Básica e 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Realizar concursos públicos para contratação de novos profissionais de saúde, de modo a suprir as carências e especializar os serviços prestados, conforme a demanda.	CONTÍNUO	Nº de novos profissionais da saúde contratados	Contratar pelo menos 24 novos profissionais da saúde (1)	(5)	Ministério da Saúde; SES-PR; Recursos Próprios.



5	12 - Saúde / 305 – Vigilância Epidemiológica	Realizar estudos sobre os principais aspectos locais que geram riscos à saúde da população de Medianeira, com o objetivo de identificar as deficiências e as potencialidades para resolução destas.	MÉDIO	% de realização do estudo	Estudo realizado 100%	R\$50.000,00 (6)	Ministério da Saúde; SES-PR; Recursos Próprios.
6	19 – Ciência e Tecnologia / 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	Manter o sistema da Secretaria Municipal de Saúde e seu banco de dados atualizado e informatizado, a fim de subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação das ações e serviços, bem como sua interligação com o sistema de informação em saúde (Municipal, Estadual e Federal).	CONTÍNUO	% de unidades de saúde interligadas com o sistema de saúde	100% das unidades de saúde devem estar interligadas com o sistema	R\$ 3.240.000,00 (7)	Ministério da Saúde; SES-PR; Recursos Próprios
TOTAL						R\$	6.305.000,00

FONTE: PMM, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

(1) Quantidade de profissionais considerando 6 equipes completas de Estratégia Saúde da Família – ESF (<https://aps.saude.gov.br/ape/esf/>);

(2) Custo estimado para a ampliação de 150m² em duas UBS, com o custo médio de R\$2.966,95/m² (R\$ 450.000,00) com referência no estipulado pelo programa Requalifica – UBS (http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Cartilha_FNS_2020_15_5_2020.pdf), e considerando a ampliação do Programa ESF uma ação institucional;

(3) Custo já computado no orçamento municipal quando foi iniciado a execução do projeto;

(4) Custo estimado para a construção de três unidades UBS I (R\$ 855.000,00) com referência no estipulado pelo programa Requalifica – UBS (http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Cartilha_FNS_2020_15_5_2020.pdf);




(5) Ação institucional;

(6) Estimado em gasto de R\$ 10.000,00/ano para realização do estudo;

(7) Estimativa de custo mensal de cinco anos nas 9 UBSs existentes e de três anos nas 3 novas UBS propostas, tendo como base o Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde (PIUBS) - R\$ 5.000,00/unidade/mês.



QUADRO 10: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P8 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação dos serviços e equipamentos de educação.						
LOCALIZAÇÃO		Toda a sede urbana (em especial Panorâmico, Jardim Irene, Belo Horizonte, Ipê, Centro e Cidade Alta).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função Portaria 42/1999)	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Construir e equipar novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) com o objetivo de ampliar o atendimento nos bairros Panorâmico, Jardim Irene e Ipê.	CURTO	Número de novos CMEIs construídas	Construir 3 novos CMEIs	R\$ 6.000.000,00 (2)	FUNDEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; MEC; Proinfância; SEE-PR; Recursos Próprios.
2		15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Construir e equipar novas Escolas Municipais nos bairros Belo Horizonte e Ipê.	MÉDIO	Número de novas Escolas Municipais construídas	Construir 2 novas Escolas Municipais	R\$ 4.000.000,00 (2)	FUNDEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
3		15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Ampliar estruturas físicas e número de salas nas unidades escolares conforme a demanda.	CONTÍNUO	Número de unidades escolares ampliadas	Ampliar a estrutura física de 2 CMEIs e 2 Escolas Municipais	(3)	FUNDEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Plano de Ações Articuladas; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
4		15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana e 12 – Educação / 368 – Educação Básica	Manter a qualidade da estrutura de todas as unidades escolares (CMEIs e escolas de ensino fundamental), bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.	CONTÍNUO	% das unidades escolares com boa estrutura e equipamentos	100% das unidades escolares com boa estrutura e equipamentos	R\$840.000,00 (4)	FUNDEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios



5	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Construir uma nova quadra de esportes na escola Plínio Tourinho no bairro Cidade Alta.	CURTO	% de construção da quadra de esportes	Quadra de esportes 100% construída	R\$ 400.000,00 (5)	FUNDEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios
6	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Reformar e adequar os espaços destinados às aulas de educação física nas Escolas Municipais.	MÉDIO	Número de espaços destinados às aulas de educação reformados e adequados	13 espaços destinados às aulas de educação reformados e adequados	R\$ 390.000,00 (6)	FUNDEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
7	12 – Educação / 368 – Educação Básica	Viabilizar a implantação de turno integral dos alunos de todas as Escolas Municipais e CMEIs	MÉDIO	Número de escolas com período integral implantado	Ter 2 escolas com período integral implantado	(7)	FUNDEB; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
8	19 – Ciência e Tecnologia / 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Proporcionar atenção especial aos profissionais que atuam na rede pública de educação, valorizando-os e capacitando-os para o exercício de suas atividades, assegurando profissionais habilitados, em nível superior, para todas as áreas e níveis escolares.	CONTÍNUO	Número de capacitações realizadas por semestre com os profissionais da educação	Realizar ao menos uma capacitação por semestre	(7)	FUNDEB; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
9	19 – Ciência e Tecnologia / 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	Implantar o Processo Digital - Modernização do sistema.	CURTO	% de implantação do processo digital	Implantar 100% do processo digital	(7)	FUNDEB; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
10	12 – Educação / 368 – Educação Básica	Ampliar o quadro técnico pedagógico da educação de acordo com a demanda atual e o seu crescimento.	CONTÍNUO	Número de alunos/professor da rede pública municipal	100% das salas de aula com nº adequado de alunos/professor para cada unidade educacional (1)	(7)	FUNDEB; MEC; SEE-PR; Recursos Próprios.
TOTAL						R\$	11.630.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:





- (1) Tendo como referência o máximo de alunos/professor para a educação infantil até 4 anos (15) e até 6 anos (25), e para a educação básica até o 5º ano (25) e até o 9º (35);
- (2) Custo estimado considerando um gasto de R\$ 2.000.000,00 por unidade (1.000 m²);



- (3) Custo deverá ser contabilizado conforme a demanda;
- (4) Custo estimado considerando um gasto de R\$ 40.000 por escola/CMEI para adequar manter a qualidade das 21 Unidades Escolares do município;
- (5) Custo estimado considerando o valor médio entre R\$ 240 mil a R\$ 500 mil para a quadra e R\$ 120 mil a R\$ 240 mil para a cobertura (<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/quadras-esportivas#:~:text=A%20indica%C3%A7%C3%A3o%20das%20escolas%20deve,mil%20a%20R%24%20240%20mil.>);
- (6) Custo estimado considerando um gasto de R\$ 30.000 por escola para adequar os espaços de educação física das 13 Escolas Municipais;
- (7) Ação institucional.



QUADRO 11: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P9 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação dos serviços e equipamentos de Assistência Social.						
LOCALIZAÇÃO		Toda a sede urbana (em especial Jardim Irene, Centro e Ipê).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria Municipal de Assistência Social	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana e 08 – Assistência Social / 241 – Assistência ao Idoso, 242 – Assistência ao Portador de Deficiência, 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente e 244 – Assistência Comunitária	Ampliar e reformar a sede do CRAS e implantar uma nova unidade no bairro Jardim Irene.	CURTO	% de execução das obras	100% da execução das obras	R\$ 800.000,00 (1)	Ministério da cidadania; Recursos próprios
2		Construir e aparelhar uma edificação para a sede do Conselho Tutelar.	CURTO	% de execução das obras e aparelhamento	100% da execução das obras e aparelhamento	R\$ 400.000,00 (2)	Ministério da cidadania; Recursos próprios	
3		Construir e aparelhar uma edificação para a sede do Serviço de Acolhimento Familiar (Proteção Social Especial de Alta Complexidade) em Família Acolhedora prioritário para idosos e pessoas com deficiência e para Crianças e adolescentes.	LONGO	% de execução das obras e aparelhamento	100% da execução das obras e aparelhamento	R\$ 750.000,00 (3)	Ministério da cidadania; Recursos próprios	
4		Construir estabelecimentos municipais de Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo eles: Centro Dia para atendimento de idosos e Centro Dia para atendimento de pessoas com deficiência.	MÉDIO	% de execução das obras	100% da execução das obras	R\$ 800.000,00 (4)	Ministério da cidadania; Recursos próprios	
5		15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Manter a qualidade da estrutura dos equipamentos de assistência social, bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.	CONTÍNUO	% dos equipamentos de assistência social com boa estrutura e equipamentos	100% dos equipamentos de assistência social com boa estrutura e equipamentos	R\$ 1.300.000,00 (5)	Ministério da cidadania; Recursos próprios
6		08 – Assistência Social / 243 – Assistência à	Implantar o Programa de Guarda Subsidiada, serviço de orientação e apoio sociofamiliar às famílias de crianças e adolescentes em	CURTO	Nº de programas e projetos implantados/ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	(3)	Recursos próprios



		Criança e ao Adolescente	situação de vulnerabilidades sociais com vínculos ameaçados ou fragilizados.					
7	Secretaria Municipal de Assistência Social		Implantar o Programa de Apadrinhamento Afetivo e Financeiro, voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional ou familiar.	IMEDIATO	Nº de programas e projetos implantados/ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	(3)	Recursos próprios
8		08 – Assistência Social / 241 – Assistência ao Idoso	Elaborar programas e projetos voltados ao atendimento à população idosa.	CURTO	Nº de programas e projetos implantados/ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	(3)	Recursos próprios
9		08 – Assistência Social / 242 – Assistência ao Portador de Deficiência e 244 – Assistência Comunitária	Manter os programas e projetos para inclusão social das pessoas com deficiência e para geração de renda das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, com encaminhamento para emprego na Agência do Trabalhador do município.	CONTÍNUO	Nº de programas e projetos implantados/ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	(3)	Recursos próprios
10		08 – Assistência Social / 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	Elaborar programas e projetos de atenção à primeira infância.	CURTO	Nº de programas e projetos implantados/ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	(3)	Recursos próprios
11		04 – Administração / 128 – Formação de Recursos Humanos e 19 – Ciência e Tecnologia / 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Promover capacitação dos profissionais municipais para a realização de serviço especializado no atendimento de pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.	IMEDIATO	Nº de capacitações realizadas por semestre	Realizar ao menos uma capacitação por semestre	(3)	Recursos próprios
12		04 – Administração / 128 – Formação de Recursos Humanos	Estruturar e ampliar os recursos humanos que compõem as equipes dos serviços em conformidade com a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS, através de concurso público.	CURTO	% de estruturação e ampliação da equipe de assistência social	100% da equipe de assistência social estruturada e ampliada	(3)	Recursos próprios
TOTAL							R\$	4.050.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.



NOTA:



- (1) Custo estimado considerando a reforma e ampliação do atual CRAS e uma construção de 200m² para o novo CRAS, tendo como base o CUB/m² de R\$ 2.302,25 para projetos padrão Residencial Normal R-1 (março - SINDUSCON-PR, 2022), bem como a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais necessários;
- (2) Custo estimado considerando uma construção de 150m², tendo como base o CUB/m² de R\$ 2.302,25 para projetos padrão Residencial Normal R-1 (março - SINDUSCON-PR, 2022), bem como a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais necessários;
- (3) Custo estimado considerando uma construção de 300m² com área externa para abrigar 20 crianças/adolescentes, tendo como base o CUB/m² de R\$ 2.302,25 para projetos padrão Residencial Normal R-1 (março - SINDUSCON-PR, 2022), bem como a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais necessários;
- (4) Custo estimado em para a construção dois estabelecimentos de 150m², tendo como base o CUB/m² de R\$ 2.318,49 para projetos padrão comercial CAL (SINDUSCON-PR, 2022), bem como a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais necessários;
- (5) Custo estimado considerando um gasto de R\$ 20.000 ao ano por cinco anos para cada um dos equipamentos de assistência social, considerando 13 equipamentos;
- (6) Ação Institucional.



QUADRO 12: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P10 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação dos serviços e equipamentos de segurança pública.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município (sede urbana, distrito e área rural).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		 						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função Portaria 42/1999)	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Administração e Planejamento	06 – Segurança Pública / 181 – Policiamento	Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para a reforma e melhoria dos equipamentos existentes e construção de novos postos policiais ou de apoio nos bairros Condá/Belo Horizonte, Centro, Ipê/Nazaré e Jardim Irene/Frimesa.	CURTO	Nº de postos policiais ou de apoio construídos na área urbana	Construir ao menos 4 postos policiais ou de apoio na área urbana	(1)	Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fundo Nacional de Segurança Pública; Polícia militar; Polícia civil.
2			Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para o aumento do efetivo das forças policiais no município.	IMEDIATO	Nº de novos efetivos das forças policiais no município	Ter novos 16 efetivos das forças policiais no município	(1)	Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fundo Nacional de Segurança Pública; Polícia militar; Polícia civil.
3			Intervir junto ao Governo do Estado e Federal para construir postos policiais ou de apoio no Distrito de Maralúcia, na Área Industrial e nas principais comunidades rurais.	LONGO	Nº de novos postos policiais na área rural	Construir ao menos 3 postos policiais na área rural	(1)	Ministério da Justiça e Segurança Pública; Polícia militar; Polícia civil.
4			Intervir junto ao Governo do Estado e priorizar recursos de modo a intensificar o policiamento através de patrulhamento nas áreas mais críticas do Município	CURTO	% de ampliação do policiamento nas áreas críticas	Ampliar em 50% o policiamento nas áreas críticas	(1)	Fundo Nacional de Segurança Pública; Polícia militar; Polícia civil.
5			Implantar a Sistema de Segurança monitorado (câmeras de segurança) em pontos estratégicos, através de parceria público privada.	MÉDIO	% de Implantação do monitoramento nos pontos estratégicos	implantar o monitoramento em 100% dos pontos estratégicos	R\$ 720.000.00 (2)	Fundo Nacional de Segurança Pública; Parceria Público Privada; Recursos Próprios.



6	Secretaria de Administração e Planejamento Conselho Municipal de Segurança Pública	15 – Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Substituir as luminárias públicas por tecnologia LED, realizar poda constante das árvores e promover a elaboração e implementação do plano de arborização para melhorar os pontos com baixa luminosidade, além de reestruturar os espaços urbanos que transmitam insegurança a população.	IMEDIATO	% das luminárias públicas com lâmpada de LED, frequência de poda das árvores ao ano e % implementação do plano de arborização	Ter 100% das luminárias públicas com lâmpada de LED, 2 podas ao ano das árvores e 100% implementação do plano de arborização	R\$ 450.000,00 (3)	SEDU-PR; COPEL; Pró-Cidades; Recurso próprio.
			Planejamento visando impedir invasões e consequente criação de locais com pessoas vivendo marginalizadas e mais propensas a ações criminosas.	CONTÍNUO	Fiscalização das áreas de maior vulnerabilidade social	Áreas de maior vulnerabilidade social fiscalizadas.	(1)	SEDU-PR; COPEL; Pró-Cidades; Recurso próprio.
		06 – Segurança Pública / 183 – Informação e Inteligência	Promover campanhas de conscientização de segurança no trânsito, distribuição de manuais de educação no trânsito, além de aumentar a fiscalização.	CONTÍNUO	Nº de campanhas realizadas por semestre	Realizar ao menos uma campanha por semestre	R\$ 50.000,00	Polícia Militar; Recurso próprio.
			Realizar, através do Conselho Municipal de Segurança Pública, palestras e atividades educativas com a população com conteúdo sobre questões de segurança.	CONTÍNUO	Nº de palestras/ atividades educativas realizadas por semestre	Realizar ao menos uma palestra/ atividade educativa por semestre	R\$ 25.000,00	Polícia Militar; Recurso próprio
			Promover, através do Conselho Municipal de Segurança Pública, a distribuição de manuais de orientação e proteção do cidadão dos diversos tipos de ação criminosa, reduzindo as vulnerabilidades, bem como orientações na prevenção ao uso de drogas.	CONTÍNUO	Elaboração e distribuição das cartilhas de orientação e proteção	Elaborar e distribuir ao menos 5.000 cartilhas de orientação e proteção	R\$ 15.000,00	Polícia Militar; Recurso próprio
TOTAL							R\$	1.260.000,00



FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

- (1) Ação Institucional.
- (2) Custo estimado considerando R\$ 1.000,00 por mês por ponto monitorado e 12 pontos instalados na cidade.
- (3) Custo estimado considerando R\$ 300.000,00 para elaboração e implementação do Plano de Arborização e a realização de podas semestrais das árvores e R\$ 150.000,00 para a requalificação de espaços urbanos que transmitam insegurança. O custo para a substituição das lâmpadas por LED está computado na Ação 4 da P20 - IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO.



QUADRO 13: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

EIXO (E)			E2 - SOCIOESPACIAL					
DIRETRIZ (D)			D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS					
PROPOSIÇÃO (P)			P11 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ESPORTE-LAZER-RECREAÇÃO					
OBJETIVO			Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação dos serviços e equipamentos de esporte, lazer e recreação.					
LOCALIZAÇÃO			Todo o município (sede urbana, distrito e área rural).					
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL			 					
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer Secretaria de Administração e Planejamento	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana 27 – Desporto e Lazer / 812 – Desporto Comunitário e 813 – Lazer	Manter a qualidade da estrutura dos equipamentos destinados à prática esportiva, bem como dos seus equipamentos e aparelhamentos.	CONTÍNUO	% de equipamentos em boas condições	Manter 100% dos equipamentos em boas condições	R\$ 690.000,00 (1)	Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná - SEED-PR; Recursos Próprios; Parcerias privadas (manutenção)
2			Reformar e readequar estabelecimentos e equipamentos municipais lazer e recreação visando promover a adequação para o acesso das pessoas com deficiências.	CURTO	% de equipamentos precisam de reformas ou readequações	Manter todos os equipamentos reformados ou readequados	R\$ 300.000,00	Ministério da Cidadania; SEED-PR; Recursos Próprios;
3			Implantar Parques Urbanos e Lineares ao longo dos rios com equipamentos destinados ao lazer e recreação da população (Rio Alegria e sangas na Sede).	MÉDIO	Nº de parques urbanos/lineares implantados	Implantar ao menos 2 parques urbanos/lineares	(2)	MMA; SEDEST; SEDU/PARANACIDADE; IAT; Recursos próprios
4			Ampliar investimentos e valorizar o setor de lazer e recreação através da construção e/ou implantação de novas praças ou áreas públicas que sejam seguras e acessíveis a toda a comunidade.	MÉDIO	Nº de novas praças ou áreas públicas implantadas	Implantar pelo menos 10 novas praças ou áreas públicas	R\$1.000.000,00 (3)	SEDEST; SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios
5			Instalar aparelhos de ginástica (academias ao ar livre) em locais estratégicos e viabilizar a manutenção e conservação através de programa em que as empresas adotem e mantenham esses espaços.	CURTO	Nº de academias ao ar livre implantados	Implantar 15 de academias ao ar livre em pontos estratégicos	R\$225.000,00 (4)	Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná - SEED-PR; Recursos Próprios; Parcerias privadas (manutenção)



6		Promover e diversificar as atividades esportivas, de lazer e recreação no Município, de forma que auxiliem no desenvolvimento físico e social da comunidade.	CONTÍNUO	Nº de atividades esportivas e de lazer diferentes ofertadas para a população	Ofertar pelo menos 10 atividades esportivas e de lazer diferentes	(4)	Ministério da Cidadania; SEED-PR; Recursos Próprios
7		Elaborar programas e projetos para planejamento do espaço urbano voltado à primeira infância, promovendo especialmente espaços de lazer e recreação para os pequenos.	CONTÍNUO	Nº de programas e projetos implantados/ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	(4)	SEED-PR; Recursos Próprios
8	27 – Desporto e Lazer / 811 – Desporto de Rendimento	Incentivar o desenvolvimento do esporte profissional e a realização de eventos esportivos com o objetivo de divulgar o Município e desenvolver o turismo local, especialmente os esportes aquáticos e o ciclismo.	CONTÍNUO	Nº de eventos esportivos realizadas por semestre	Realizar pelo menos 5 eventos esportivos por semestre	(4)	Ministério da Cidadania; SEED-PR; Recursos Próprios
9		Incrementar as atividades esportivas locais com o objetivo de divulgar o Município, através do setor de esportes, em nível regional, estadual, federal e internacional.	CONTÍNUO	Nº de atividades esportivas locais realizadas por semestre	Realizar pelo menos 5 atividades esportivas locais por semestre	(4)	Ministério da Cidadania; SEED-PR; Recursos Próprios
TOTAL						R\$	2.215.000,00



FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

- (1) Custo estimado considerando um gasto de R\$ 30.000 por dos equipamentos esportivos, considerando 23 equipamentos;
- (2) Custo já computado na Ação 7 da P4 - CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E DA PAISAGEM;
- (3) Custo estimado considerando R\$100.000,00 para o projeto e execução de cada nova praça ou área pública implantada, bem como a instalação de mobiliário e equipamentos;
- (4) Custo estimado considerando R\$15.000,00 para cada academia ao ar livre.
- (5) Ação Institucional.



QUADRO 14: PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P12 - ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação dos serviços e equipamentos de cultura.						
LOCALIZAÇÃO		Ações focais: Bairros descentralizados (Belo Horizonte, Jardim Irene, Independência, Itaipu, Nazaré, Ipê) Ações institucionais: todo o município (sede urbana, distritos e área rural).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		 						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	15 - Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Construir ou adaptar edificações existentes para instalação de pequenos equipamentos culturais nos bairros tais como pontos de cultura ² .	CURTO	Nº de novos equipamentos culturais implantados nos bairros	Implantar ao menos 8 novos equipamentos culturais nos bairros	R\$2.300.000,00 (1)	Ministério da Cultura; Secretaria da Comunicação Social e da Cultura - SECC; Recursos próprios.
3		13 – Cultura / 391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Realizar a reforma estrutural do Centro Cultural Arandura.	MÉDIO	% de execução da obra de reforma estrutural	Reforma 100% concluída	R\$ 3.512.000,00 (3)	Ministério da Cultura; Secretaria da Comunicação Social e da Cultura - SECC; Recursos próprios.
4	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	13 – Cultura / 391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Reformar, ampliar, manter, equipar, reestruturar, requalificar e promover a democratização do acesso aos bens, serviços e equipamentos artísticos e culturais, através da aquisição de novos equipamentos, reforma, conservação e adequação da acessibilidade nos espaços culturais.	MÉDIO	% de equipamentos precisam de reformas ou readequações	Manter 100% dos equipamentos reformados ou readequados	R\$ 400.000,00 (4)	IPHAN; Ministério da Cultura; PRONAC; SECC; Recursos próprios.
5			Construir, implementar e manter a Casa da Memória, com acervo digitalizado, a fim de estimular a preservação, documentação e restauração de bens móveis, acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos e de bens integrados.	LONGO	% de implementação da casa da memória e	Casa da Memória 100% implementada e	(5)	IPHAN; Ministério da Cultura; PRONAC; SECC; Recursos próprios.

² Pontos de cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Visam à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades (IBGE, MUNIC – Perfil dos Municípios, 2018).



		392 – Difusão Cultural			de digitalização do acervo	acervo 100% digitalizado		
6	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Promover a realização do mapeamento do patrimônio cultural municipal e da disponibilização dos dados existentes em conteúdo multimídia.	CURTO	% do mapeamento do patrimônio cultural e em multimídia	Possuir 100% do patrimônio cultural mapeado e em multimídia	20.000,00	IPHAN; Ministério da Cultura; PRONAC; SECC; Recursos próprios.	
7	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Promover ações de educação para a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural, material e imaterial, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural, através de parcerias com instituições de ensino e outras entidades.	CONTÍNUO	Nº de ações direcionadas à preservação do patrimônio histórico por semestre	Realizar uma ação direcionada a preservação do patrimônio histórico por semestre	R\$ 100.000,00 (7)	IPHAN; Ministério da Cultura; PRONAC; SECC; Recursos próprios.	
8		Elaborar programas e projetos para o crescimento cultural e incentivo à realização de eventos, festivais e oficinas no município.	CONTÍNUO	Nº de programas e projetos implantados /ano	Implantar ao menos 2 projetos por ano	30.000,00	Recursos próprios.	
9		Fomentar o Festival Nacional de Teatro, música, dança e eventos voltados à valorização da cultura local.	CONTÍNUO	Nº de festivais e eventos culturais realizados / ano	Realizar pelo menos 6 festivais e eventos culturais / ano	100.000,00	Ministério da Cultura; PRONAC, Fundo Nacional da Cultura – FNC; Recursos próprios.	
TOTAL						R\$	6.462.000,00	

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.




NOTA:

- (1) Custo estimado considerando a construção de 8 espaços com 100m², tendo como base o CUB/m² de R\$ 2.318,49 para projetos padrão comercial CAL (SINDUSCON-PR, 2021), bem como a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais necessários para cada local;
- (2) Custo estimado considerando uma ampliação de 100m², tendo como base o CUB/m² de R\$ 2.318,49 para projetos padrão comercial CAL (SINDUSCON-PR, 2021), bem como a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais necessários para a área da sede administrativa.
- (3) Custo estimado considerando o valor médio de R\$ 2.000/m² para reforma estrutural e a estrutura de 1.756 m² do Centro Cultural Arandura;
- (4) Custo estimado considerando R\$ 50.000,00 para cada um dos 8 equipamentos culturais;
- (5) Ação de Longo Prazo não sendo computada no presente Plano de Ação e Investimentos – PAI, porém segundo informações da Prefeitura de Medianeira seu custo estimado é de R\$2.000.000,00.
- (6) Ação institucional;
- (7) Custo estimado de R\$ 20.000,00/ano.



1.2.3. PROPOSTAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL

QUADRO 15: PROPOSIÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO						
PROPOSIÇÃO (P)		P13 - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA						
OBJETIVO		Promover o atendimento de água potável a todos os municípios das áreas urbanas do município e otimizar o sistema.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento Secretaria de Administração e Planejamento	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano e 511-Saneamento Básico Rural 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização.	Acompanhar e fiscalizar junto ao órgão responsável pelo sistema de saneamento básico (SANEPAR), a efetivação das propostas previstas de melhoria e ampliação da rede de distribuição de água, melhorias na captação atual, reformas e ampliação nas ETAs, EETs, dentre outros, visando o atendimento da demanda atual e projetada, em conformidade com o disposto na Lei Federal N 14.026/2020.	IMEDIATO	% de efetivação das propostas previstas	100% de efetivação das propostas previstas	R\$ 20.000,00 (1)	FUNASA; SANEPAR; Recursos próprios.
2		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano	Monitorar a qualidade do serviço de abastecimento de água, com a utilização dos seguintes parâmetros: abrangência; frequência do atendimento; qualidade da água que chega ao consumidor, utilizando os parâmetros institucionalizados (normas e resoluções federais); satisfação do usuário por meio de pesquisa de opinião.	IMEDIATO	Acesso da Administração Pública ao monitoramento realizado	Acesso da Administração Pública ao monitoramento realizado	R\$ 20.000,00 (2)	Ministério da Saúde; SANEPAR.
3		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano e 511-Saneamento Básico Rural 04-Administração / 127 – Ordenamento Territorial.	Promover a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2018), que contém as principais metas, ações, prazos e investimentos.	CURTO	Implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico	Plano Municipal de Saneamento Básico implementado	(3)	Ministério do Desenvolvimento Regional; Recursos próprios; Fontes previstas no PMSB (2018).



4	17-Saneamento / 511-Saneamento Básico Rural	Auxiliar as associações distritais (distrito e localidades rurais), para a regulamentação e monitoramento dos poços e do sistema de abastecimento de água.	MÉDIO	% de associações distritais auxiliadas	100% de associações distritais auxiliadas	R\$5.000,00	Recursos próprios.
5	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano	Realizar reparos e melhorias emergenciais para evitar as perdas de água tratada e, conseqüentemente, redução de gastos com energia e desperdício de água e recursos financeiros, visando melhorias em todo o sistema de abastecimento de água.	CONTÍNUO	% de minimização de perdas de água tratada, por meio de reparos e melhorias.	100% de minimização de perdas de água tratada, por meio de reparos e melhorias.	(3)	SANEPAR; Recursos Próprios.
6	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano e 511-Saneamento Básico Rural	Controlar e monitorar a qualidade e a captação da água subterrânea, principalmente na área rural, para que as atividades agropecuárias e efluentes com potencial poluidor não comprometam a qualidade da água.	CONTÍNUO	% de monitoramento da qualidade da água na área rural	70% de monitoramento da qualidade da água na área rural	(3)	SANEPAR; Recursos Próprios.
7	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano	Elaborar programa de IPTU Verde, apontando os indicadores e parâmetros de medição de redução na utilização do consumo de água pelo munícipe (redução no consumo de água comprovado).	CURTO	Elaboração do Programa de IPTU Verde	Programa de IPTU Verde elaborado	R\$ 25.000,00	Recursos Próprios.
8	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano	Elaborar campanhas para o uso racional da água bem como para o reuso da água (água cinza), com aplicação de bônus para os que economizarem (IPTU Verde).	CURTO	Elaboração de campanhas para uso racional da água e reuso (água cinza)	Campanhas para uso racional da água e reuso (água cinza) elaborado	R\$ 25.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional; Recursos Próprios.
9	04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização.	Elaborar estudo sobre a viabilidade de implantação de uma autarquia municipal de serviços de abastecimento de água e esgoto.	CURTO	Elaboração de estudo sobre viabilidade de autarquia municipal	Estudo sobre viabilidade de autarquia municipal elaborado	R\$ 10.000,00	Recursos Próprios.
TOTAL						R\$	105.000,00

FONTE: SANEPAR, 2021; MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:




(1) Custo de fiscalização. Contudo, as obras de ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento de água (rede de distribuição de água, captação de água, reformas e ampliação nas ETAS e EEs), de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB (2018)), previstas para longo prazo, ultrapassam R\$ 13.000.000,00.

(2) Custo considerando um sistema de monitoramento ao sistema de abastecimento de água. De acordo com o PMSB (2018) deverá ser mantida a realização das análises de água pela Vigilância Sanitária, em parceria com o Laboratório Central do Estado do Paraná - LACEN - Unidade de Fronteira, de acordo com a Portaria de Consolidação n. 5/2017 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017).

(3) Custos já previstos no PMSB (2018) a serem implementados pela equipe de gestão.



QUADRO 16: PROPOSIÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO						
PROPOSIÇÃO (P)		P14 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
OBJETIVO		Promover a implantação da rede coletora de esgotamento sanitário e seus dispositivos em toda a sede urbana, de forma a garantir a universalização do sistema de coleta e tratamento de efluentes domésticos, além da implantação de sistemas comunitários de esgotamento ou soluções individuais nas áreas rurais do município.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função Portaria 42/1999)	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização.	Acompanhar e fiscalizar junto ao órgão responsável (SANEPAR), pelo sistema de esgotamento sanitário (rede de coleta e tratamento de esgoto), a efetivação das propostas previstas de ampliação da rede coletora (para chegar ao atendimento de 65% em curto prazo), especialmente na porção leste da sede, onde se encontra a captação atual de água, para abastecimento público), melhorias e implantação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), dentre outros, visando o atendimento da demanda atual e projetada, em conformidade com o disposto na Lei Federal N 14.026/2020.	IMEDIATO	% de atendimento de esgotamento sanitário	65% de atendimento de esgotamento sanitário (1)	R\$ 20.000,00 (2)	SANEPAR; Recursos Próprios.
2	Secretaria de Administração e Planejamento	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano e 511-Saneamento Básico Rural 04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento.	Implantar programa em conjunto com a SANEPAR, FUNASA, Vigilância Sanitária e universidades (UTFPR), para controlar e orientar a desativação de fossas sépticas, à medida que forem implantadas as redes públicas de esgoto, dentro de prazo estipulado em lei, assim como combater as ligações irregulares na sede urbana.	CURTO	% de ampliação nas ligações à rede de esgotamento sanitário	30% de ampliação nas ligações à rede de esgotamento sanitário	R\$ 25.000,00	FUNASA; Secretaria de Saúde do Paraná/Vigilância Sanitária; Parceria com a UTFPR; Recursos próprios.
3	04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento e 125 – Normatização e Fiscalização.	Estabelecer parcerias com a Vigilância Sanitária e Universidades (UTFPR e outras), EMBRAPA e/ou IAT e FUNASA para viabilizar projetos de implantação, monitoramento e fiscalização dos sistemas comunitários e/ou individuais de esgoto na área rural e Distrito de Maralúcia.	CURTO	Nº de parcerias firmadas	02 parcerias firmadas (ao ano)	-	Secretaria de Saúde do Paraná/Vigilância Sanitária; Parceria com a UTFPR; Recursos próprios.	



4	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização.	Monitorar os corpos receptores de efluentes da ETE, para adoção de medidas preventivas e corretivas, evitando a alteração das características naturais dos corpos d'água. Esse processo se faz através da criação de um banco de dados das análises.	IMEDIATO	criação de um banco de dados das análises.	banco de dados das análises criado	R\$ 10.000,00	Parceria com a UTFPR; Recursos Próprios.
TOTAL						R\$	55.000,00

FONTE: SANEPAR, 2021; MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

(1) Custo de fiscalização. Contudo, as obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB (2018)), eram em torno de R\$ 20.000.000,00. De acordo com SANEPAR, em função das obras em andamento (ampliações), pretende-se chegar ao atendimento de 65% da população em 2024.



QUADRO 17: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D3 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO						
PROPOSIÇÃO (P)		P15 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL NA ÁREA URBANA						
OBJETIVO		Promover a melhoria dos sistemas de micro e macrodrenagem para o escoamento eficiente das águas superficiais, bem como o mapeamento georreferenciado da rede						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL								
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	15- Urbanismo / 451-Infraestrutura Urbana	Elaborar cadastro georreferenciado da rede de drenagem do município, contemplando todos os dispositivos do sistema de drenagem urbana.	MÉDIO	% de cadastro georreferenciado atualizado da rede de drenagem	60% de cadastro georreferenciado atualizado da rede de drenagem	R\$ 1.200.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU-PR); Recursos próprios
2	Secretaria de Administração e Planejamento Secretaria de Obras e Serviços Públicos	15- Urbanismo / 451-Infraestrutura Urbana. 04-Administração/ 121- Planejamento e Orçamento.	Realizar a implantação e recuperação do sistema de drenagem da sede urbana (macro e microdrenagem) para reduzir problemas de insuficiência e deficiência das redes existentes e das bocas de lobo.	CURTO	% da drenagem urbana recuperada	40% da drenagem urbana recuperada	R\$ 7.500.000,00 (1)	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU-PR); Recursos próprios.
3		18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental. 04-Administração/ 125- Normatização e Fiscalização.	Promover a captação, armazenamento e utilização das águas pluviais na sede urbana, pelas edificações cuja área total construída por unidade seja igual ou superior a 100m ² , de acordo com lei específica.	IMEDIATO	% de fiscalização do cumprimento à exigência de cisternas para edificações acima de 100m ²	80% de fiscalização do cumprimento à exigência de cisternas para edificações acima de 100m ²	-	Recursos próprios.



4	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração/ 125- Normatização e Fiscalização.	Fiscalizar as ligações clandestinas de esgotamento sanitário em galerias pluviais e corpos hídricos.	CONTÍNUO	% de ligações clandestinas fiscalizadas	80% de ligações clandestinas fiscalizadas	R\$ 160.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Recursos próprios.
5	18-Gestão Ambiental / 542 – Controle Ambiental. 04-Administração/ 125- Normatização e Fiscalização.	Intensificar a fiscalização com relação às áreas de risco, ocupações irregulares, de fundos de vale.	CONTÍNUO	% de áreas fiscalizadas	80% de áreas fiscalizadas	(2)	Recursos próprios.
6	15- Urbanismo / 452-Serviços Urbanos. 18-Gestão Ambiental / 542 – Controle Ambiental.	Realizar ações periódicas de limpeza e/ou dragagem de córregos urbanos.	CONTÍNUO	Quantidade de limpeza periódica e dragagens	Limpeza periódica semestralmente e dragagens anualmente	R\$ 1.500.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
TOTAL						R\$	10.360.000,00




FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA: (1) Custo estimado, de acordo com ações de longo prazo previstas no PMSB (2018).

(2) Custo já computado em ações anteriores.



QUADRO 18: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO						
PROPOSIÇÃO (P)		P16 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, RECICLÁVEIS E LIMPEZA PÚBLICA						
OBJETIVO		Otimizar a gestão e manejo dos serviços de coleta de resíduos sólidos e da limpeza pública urbana						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1		04-Administração/121-Planejamento e Orçamento.	Cobrar da empresa responsável, melhorias no sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos, mediante otimização do cronograma e dos setores de coleta.	IMEDIATO	Fiscalizar/cobrar das empresas responsáveis otimização dos serviços	Serviços das empresas responsáveis fiscalizados e otimizados	-	Recursos próprios.
2	Secretaria de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento (Divisão de Meio Ambiente)	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano. 04-Administração / 128 – Formação de Recursos Humanos.	Treinar servidores públicos e membros das cooperativas/associações para manejo adequado dos resíduos sólidos: recicláveis, poda de vegetação, orgânicos, entre outros.	CONTÍNUO	Realização de cursos de capacitação	Realizar pelo menos um curso de capacitação por ano	R\$ 10.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Recursos próprios.
3		18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental e 04-Administração / 121-Planejamento e Orçamento.	Elaborar campanhas e Programa de Coleta Seletiva, de modo a incentivar à prática de separação de resíduos recicláveis, com identidade visual.	CURTO	Elaboração de campanhas e Programa de Coleta Seletiva	Campanhas e Programa de Coleta Seletiva elaborada	R\$ 25.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
4		04-Administração/121-Planejamento e Orçamento.	Reestruturar o Centro de Triagem/Reciclagem (que poderá ser integrada a nova área do aterro pelo Consórcio Municipal de Resíduos).	CURTO	Reestruturação do Centro de Triagem/Reciclagem	Centro de Triagem/Reciclagem reestruturado	R\$ 200.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Recursos próprios.



5		18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental. 04-Administração/ 121-Planejamento e Orçamento.	Implantar sistemas de compostagem e composteiras no município, que além de reduzir o volume dos resíduos de alimentos, por exemplo, evita desperdícios, resultando em produtos reutilizáveis como adubos e fertilizantes, corretores de solo, matéria-prima para geração de energia, dentre outros.	CURTO	Implantação do sistema de compostagem	Sistema de compostagem implantado	R\$ 700.000,00	Ministério do Meio Ambiente (MMA); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
6	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	04-Administração/ 121-Planejamento e Orçamento. 18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental.	Elaborar estudo para geração de energia por meio dos resíduos sólidos urbanos, como o biogás e biometano dos resíduos, que poderão servir como fontes de energia térmica, energia elétrica e combustível para automóveis.	CURTO	Elaboração de estudo para geração de energia através de resíduos sólidos	Estudo para geração de energia através de resíduos sólidos elaborado	R\$ 80.000,00	Universidades (UTFPR e outras); Recursos próprios.
7	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento (Divisão de Meio Ambiente)	18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental. 04-Administração/ 125-Normatização e Fiscalização.	Acompanhar o cumprimento da logística reversa ³ no município, por meio de legislação e fiscalização, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal n.12.305/2010).	IMEDIATO	% de comerciantes fiscalizados quanto à realização da logística reversa	80% de comerciantes fiscalizados quanto à realização da logística reversa	R\$ 10.000,00	Recursos próprios.
8		15- Urbanismo / 451-Infraestrutura Urbana. 17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano. 18-Gestão Ambiental /	Elaborar estudo de alternativa locacional para novo Aterro Sanitário e de viabilidade econômica para Medianeira integrar um Consórcio Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos.	IMEDIATO	Elaboração de estudo de alternativa locacional para o Aterro ou Consórcio	estudo de alternativa locacional para o Aterro ou Consórcio elaborado	R\$ 250.000,00 (1)	Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Recursos próprios.

³ A logística reversa trata do redirecionamento das embalagens e de materiais pós-consumo (pilhas, pneus e lâmpadas) ao setor empresarial, a partir da restituição pelo consumidor, para reaproveitamento no ciclo da própria empresa ou de outro ciclo produtivo.



		542 – Controle Ambiental.						
9		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano e 04-Administração/ 121-Planejamento e Orçamento.	Implantar recipientes próprios para materiais recicláveis na sede, em locais estratégicos e prédios públicos (escolas, repartições públicas, ginásios de esporte), bem como em ponto central no Distrito de Maralúcia.	CURTO	quantidade de lixeiras de materiais recicláveis implantadas	30 lixeiras de materiais recicláveis implantadas	R\$ 30.000,00 (2)	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
10	Secretaria de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento (Divisão de Meio Ambiente)	17-Saneamento / 511-Saneamento Básico Rural 04-Administração/ 121 -Planejamento e Orçamento.	Implantar pontos de entrega voluntária (PEV, ao longo de rodovias e nas proximidades das comunidades rurais), para atender à população rural na destinação adequada dos resíduos sólidos.	CURTO	quantidade de PEVs para atender às comunidades rurais implantados	20 PEVs implantados para atender às comunidades rurais	R\$ 200.000,00 (3)	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST-PR); Recursos próprios.
11		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração/ 121-Planejamento e Orçamento.	Estimular a implantação de empresas que desenvolvam atividades recicladoras no Município.	CURTO	% de resíduos recicláveis enviados a empresas recicladoras	60% de resíduos recicláveis enviados a empresas recicladoras	-	Recursos próprios.
12		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento.	Estabelecer parceria com as associações e cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos existente para ampliação de suas atividades.	IMEDIATO	Estabelecimento de parceria com associações e cooperativas de reciclagem	Parceria com associações e cooperativas de reciclagem estabelecida	-	Recursos próprios.
13		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano e 511-Saneamento Básico Rural	Otimizar os serviços de limpeza pública, ampliando a cobertura do serviço de varrição e estabelecendo cronograma para os demais serviços (poda, capina, roçagem, coleta de resíduos volumosos e limpeza das bocas de lobo e galerias pluviais).	IMEDIATO	% de otimização dos serviços e estabelecimento de cronograma	100% de otimização dos serviços e cronograma estabelecido	-	Empresa responsável.
TOTAL							R\$	1.505.000,00






FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

- (1) Custo estimado, que depende da complexidade e tipologia do estudo a ser realizado.
- (2) Custo estimado em R\$ 1.000,00 por conjunto de lixeira para coleta seletiva de 100 litros, sendo prevista a implantação de 30 lixeiras materiais recicláveis, segundo o PMSB, 2018.
- (3) Custo estimado em R\$ 10.000,00 por PEV (segundo o PMSB, 2018), para container e adequação do local para acomodação do container. Foi considerada a implantação de 20 PEVs.



QUADRO 19: PROPOSIÇÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D2- AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO						
PROPOSIÇÃO (P)		P17 - ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE SAÚDE E DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS						
OBJETIVO		Realizar o manejo, acondicionamento, transporte, destinação final e gestão adequados dos resíduos da construção civil, de saúde e de atividades agropecuárias, através da estruturação do sistema de coleta.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, Distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	- Secretaria de Administração e Planejamento - Secretaria de Obras e Serviços Públicos	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano. 18-Gestão Ambiental / 541 – Preservação e Conservação Ambiental. 04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento.	Elaborar e regulamentar o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, definir conceitos de grande e pequeno geradores e implementar instrumentos de: regulação, acordo setorial e termo de compromisso com os consumidores, revendedores e fabricantes, direcionando as responsabilidades de cada setor.	IMEDIATO	Criação e implementação do Programa Municipal	Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil criado e implementado	R\$ 180.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Recursos próprios.
2	- Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	15- Urbanismo / 451-Infraestrutura Urbana.	Implantar 2 ECOPONTOS para receber resíduos da construção civil, recicláveis volumosos, pneus, entre outros resíduos que não forem coletados na coleta convencional ou seletiva em até 1 m³ por descarga.	CURTO	N. de ecopontos implantados	02 ecopontos implantados	R\$ 300.000,00 (1)	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Recursos próprios.
3		17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração / 125 – Normatização e Fiscalização.	Fiscalizar o gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, bem como a prática de logística reversa.	CONTÍNUO	% de fiscalização dos grandes geradores da construção civil	100% de fiscalização dos grandes geradores da construção civil	R\$ 25.000,00	Recursos próprios.



4	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento.	Fomentar reaproveitamento adequado dos entulhos provenientes da construção civil.	CURTO	% reaproveitado de entulhos da construção civil	60% de reaproveitado dos entulhos da construção civil	-	Recursos próprios.
5	17-Saneamento / 512-Saneamento Básico Urbano 04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento.	Fiscalizar o gerenciamento dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos de saúde.	CONTÍNUO	% de fiscalização dos grandes geradores da construção civil	Fiscalizar 100% dos grandes geradores da construção civil	R\$ 15.000,00	Recursos próprios.
6	17-Saneamento / 511-Saneamento Básico Rural 04-Administração / 131 – Comunicação Social.	Promover e apoiar campanhas de sensibilização sobre o recolhimento de embalagens de produtos defensivos agrícolas e agrotóxicos.	CONTÍNUO	Quantidade de campanhas realizadas	Realizar uma campanha por semestre	R\$ 25.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Recursos próprios
7	17-Saneamento / 511-Saneamento Básico Rural 04-Administração / 121 – Planejamento e Orçamento.	Implantar e manter medidas de controle sobre a destinação final das embalagens de defensivos agrícolas.	CONTÍNUO	% de embalagens recolhidas	100% das embalagens recolhidas	R\$ 5.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Recursos próprios
TOTAL						R\$	550.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.




NOTA:

(1) Custo estimado em R\$ 150.000,00 por Eco ponto (segundo o PMSB, 2018), a ser instalado em locais estratégicos do município.



1.2.4. PROPOSTAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E TRANSPORTE

QUADRO 20: ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, ESTACIONAMENTO

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D4 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE						
PROPOSIÇÃO (P)		P18 - ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da estruturação do sistema viário, visando a melhoria das conexões e sinalizações viárias e a garantia da acessibilidade universal.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, distritos e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Administração e Planejamento Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Obras	15 – Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Elaborar e implementar o Plano de Mobilidade Urbana segundo as diretrizes gerais da Lei 12.587/2012 e efetivar o seu cumprimento.	IMEDIATO	% de elaboração e implementação do Plano	Plano 100% elaborado e implantado	(1)	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
2			Elaborar e implementar o Plano de Rotas Acessíveis.	IMEDIATO	% de elaboração e implementação do Plano	Plano 100% elaborado e implantado	R\$150.000,00 (2)	SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
3			Implementar programa de requalificação das calçadas urbanas, de forma a adequar pisos, desníveis, obstáculos e rampas segundo a NBR9050, além de padronizar os semáforos de travessia de pedestres e aumentar a fiscalização de calçadas, passeios e acessibilidade em logradouros públicos, em compatibilidade com o Plano de Mobilidade Urbana.	MÉDIO	% das calçadas requalificadas segundo as normas técnicas	Requalificar 50% das calçadas segundo as normas técnicas	R\$1.500.000,00 (2)	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
4			Implantar faixas elevadas para pedestres em pontos estratégicos.	CURTO	Número de faixas elevadas implantadas	Implantar 4 faixas elevadas	R\$ 60.000,00 (2)	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
5			Revitalizar trecho de 1km da Av. Brasil, entre a Rua Belo Horizonte e a Rua Rui Barbosa, visando estimular a vitalidade local no entorno da UTFPR e do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) de Medianeira	MÉDIO	% de revitalização do trecho da Av. Brasil	Revitalizar 100% do trecho da Av. Brasil	R\$1.500.000,00 (2)	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6);



						SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.	
6		Revitalizar as praças triangulares existentes nos encontros das Avenidas em diagonais – Avenida José Callegari e Avenida Pedro Socol.	CURTO	Número de praças triangulares revitalizadas	Revitalizar pelo menos 18 praças triangulares (1/3)	R\$ 900.000,00	SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
7		Implementar alterações e adaptações no ordenamento do sistema viário, sinalização urbana e acessibilidade, com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres e veículos, principalmente nas regiões centrais da sede urbana.	CURTO	Nº de ocorrências de trânsito na região central	Reduzir em 30% o nº de ocorrências de trânsito na área central	R\$ 800.000,00 (2)	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios
8	Secretaria de Administração e Planejamento	Viabilizar a implantação de sinalização viária vertical através de Parcerias Público Privadas.	CURTO	% das vias devidamente sinalizadas com placas	100% das vias devidamente sinalizadas com placas	200.000,00 (4)	Recursos próprios; Investimentos privados.
9	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Implantar as diretrizes e conexões viárias propostas (32,88 km) e garantir com que a aprovação dos novos parcelamentos/ loteamentos siga as diretrizes viárias previstas na Lei de Sistema Viário, especialmente o prolongamento da Rua João XXIII até a área industrial (3,6 km), além de exigir que sejam realizados em pavimentação asfáltica.	MÉDIO	% Km implantados e de novos loteamentos seguindo as diretrizes viárias	50% das diretrizes viárias implantadas e de novos loteamentos seguindo as diretrizes viárias	R\$ 24.660.000,00 (3)	Recursos próprios; Investimentos privados dos empreendedores.
10	Secretaria de Obras	Regulamentar e implementar a Zona azul (estacionamento rotativo) na área central e vias de maior fluxo, em especial as vias comerciais.	CURTO	% de regulamentação e implementação da zona azul	zona azul 100% regulamentada e implementada	- (4)	Recursos próprios.
11		Priorizar a pavimentação e manutenção segundo as características da via, tais como: hierarquia, fluxo, importância de ligação entre bairros e comunidades com escoamento de produção, dentre outros fatores técnicos.	CONTÍNUO	% vias abertas pavimentadas e com obras de manutenção	100% das vias abertas pavimentadas e com obras de manutenção	- (4)	Recursos próprios.
12		Elaborar estudos e projeto executivo para a alternativa do Anel Viário (contornando a sede urbana), a fim de promover a interligação das rodovias BR-277 com PR-495.	MÉDIO	% de elaboração dos estudos e do projeto executivo	100% de elaboração dos estudos e projeto executivo	R\$300.000,00	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
13		Promover a implantação de vias marginais na BR-277 para consolidação dos setores industriais e de serviços na sede urbana de Medianeira e atração de empreendimentos industriais, logísticos e de serviços (16,57 km).	MÉDIO	% de implantação das vias marginais e % dos lotes com	100% das vias marginais implantadas e 75% dos lotes	- (5)	Investimentos privados; Recursos próprios.



				usos industriais e de serviços	com usos industriais e de serviços		
14	15 – Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Promover a identificação, hierarquização e a sinalização das ruas, avenidas, bairros e estabelecimentos de serviços públicos da sede e distritos urbanos, bem como das estradas e comunidades rurais, conforme o Plano de Mobilidade.	CURTO	% de ruas, avenidas, bairros, estabelecimentos públicos identificados e sinalizados	100% das ruas, avenidas, bairros e estabelecimentos públicos identificados e sinalizados	R\$ 1.500.000,00 (2)	Recursos próprios.
15	15 – Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana e 26 – Transporte / 782 – Transporte Rodoviário	Fomentar a implantação de pelo menos duas passarelas elevadas e duas novas trincheiras com caixa para 2 pistas, ciclovia e passeio, para transpor a BR-277.	LONGO	Número de passarelas elevadas e trincheiras implantadas	Implantar 2 passarelas elevadas e 2 trincheiras	- (5)	DER; Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (6); SEDU/PARANACIDADE; Concessionárias do trecho rodoviário.
16	19 – Ciência e Tecnologia / 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	Estruturar o Departamento de Trânsito Municipal, com atividades integradas ao SIG, viabilizando fiscalização e adequada gestão da mobilidade e acessibilidade no município, além de melhorias no sistema de comunicação vinculados a mobilidade e monitoramento, controle e avaliação da mobilidade através de parâmetros baseados no Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS).	CURTO	% de estruturação do departamento e de integração com o SIG	Departamento 100% estruturado e integrado com o SIG	- (5)	Recursos próprios.
17	04 – Administração / 128 – Formação de Recursos Humanos	Aumentar a quantidade de fiscais de trânsito e obras no município.	IMEDIATO	Número de novos fiscais de trânsito e obras contratados	Contratar pelo menos 1 fiscal de trânsito e 1 fiscal de obras	- (5)	Recursos próprios.
TOTAL						R\$	31.570.000,00




FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

- (1) O Plano já foi licitado e seu recurso disponibilizado, não sendo computado no presente Plano de Ação e Investimentos - PAI;
- (2) Custo Estimado;
- (3) Custo estimado considerando R\$ 1.500.000,00/km pavimentado para vias urbanas e a implantação de 50% dos 32,88km de Diretrizes Viárias propostas;
- (4) Custo vinculado à Ação 8 da Proposição;
- (5) Ação Institucional;
- (6) Em especial através da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, e dos Programas Avançar Cidades, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-apoio-tecnico-e-financeiro-para-elaboracao-de-projetos-de-mobilidade-urbana>);



QUADRO 21: MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D4 - AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE						
PROPOSIÇÃO (P)		P19 - MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA CICLOVIÁRIO						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal com a mobilidade sustentável através da reestruturação do sistema de transporte coletivo e implantação da rede cicloviária no município.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, distritos e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função Portaria 42/1999)	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Administração e Planejamento	15 – Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana	Implantar rede cicloviária (53,564 Km) para incentivar deslocamentos por bicicleta, através da implantação de novas ciclovias e ciclofaixas conectadas, conforme diretrizes da Lei de Sistema Viário.	MÉDIO	Km implantados de novas ciclovias e ciclofaixas implantadas	Implantar 13,4 Km de novas ciclovias e ciclofaixas conectadas	R\$ 4.020.000,00 (1)	Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (5); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
2			Estabelecer padrões dos elementos do sistema cicloviário como ciclovias/ciclofaixas, bicicletários, paraciclos e sinalizações viárias, assim como instituir a política para o incentivo ao uso de bicicletas e um Programa de Educação de Trânsito.	CURTO	% de criação e implementação da padronização, da política e do programa	Implementação completa da padronização e efetivação da política e do programa	R\$ 300.000,00 (2)	Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (5); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
3	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Obras	04 – Administração/ 131- Comunicação Social e 06 – Segurança Pública / 183 – Informação e Inteligência	Elaborar cartilhas educativas e orientativas quanto a segurança viária para ciclistas e pedestres e educação viária para motoristas, além de aumentar o número de ações educativas e de fiscalização no trânsito.	IMEDIATO	Elaboração e distribuição das cartilhas de orientação e número de ações educativas/ano	Elaborar e distribuir ao menos 5.000 cartilhas de orientação e realizar 2 ações educativas/ano	R\$80.000,00 (3)	Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (5); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios
4		15 – Urbanismo / 451 – Infraestrutura Urbana e 453 –	Reconfigurar o transporte coletivo urbano baseado na racionalização de itinerários, redução de quilometragem e tempo de viagem, nova identificação de linhas, além de melhorias nos aspectos operacionais, no sistema de informação visual, no atendimento ao usuário, na organização administrativa e no regulamento do transporte coletivo, bem como a renovação dos pontos de ônibus e revisão das suas localizações.	MÉDIO	% de implementação do novo sistema de transporte público coletivo	novo sistema de transporte público coletivo 100% implementado	R\$ 1.500.000,00 (3)	Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (5); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios; Instituições privadas






5	Transportes Coletivos Urbanos	Implantar a nova rodoviária próxima dos acessos da cidade evitando a circulação pelo centro da cidade.	MÉDIO	% de construção do novo terminal rodoviário	novo terminal rodoviário 100% construído	R\$ 6.000.000,00 (3)	MDR (5); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
6	15 – Urbanismo / 451 –	Elaborar estudo/projeto e implementar o terminal intermodal.	CURTO	% de elaboração do estudo/projeto	Estudo/ projeto 100% elaborado	R\$ 300.000,00 (3)	MDR (5); SEDU/PARANACIDADE; Recursos próprios.
7	Infraestrutura Urbana e 453 – Transportes Coletivos Urbanos	Regulamentar novos tipos de transporte compartilhado (Garupa, UBER, 99, etc.).	IMEDIATO	% de elaboração da legislação	Legislação 100% elaborada	(4)	Recursos próprios.
TOTAL						R\$	12.200.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

- (1) Custo estimado considerando o custo médio de R\$300.000,00/km de ciclovia/ciclofaixa executada e a execução de 25% das ciclovias propostas (13,4 km);
- (2) Custo estimado considerando o custo de R\$30.000,00 ao ano para implantação de sinalização viária, paraciclos e bicicletários, somado ao custo de R\$20.000,00 ao ano para o programa de educação no trânsito e R\$50.000,00 para instituir a política de incentivo ao uso de bicicletas.
- (3) Custo estimado;
- (4) Ação Institucional;
- (5) Em especial através da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, e dos Programas Avançar Cidades, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-apoio-tecnico-e-financeiro-para-elaboracao-de-projetos-de-mobilidade-urbana>);



QUADRO 22: IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

EIXO (E)		E2 - SOCIOESPACIAL						
DIRETRIZ (D)		D5 - OTIMIZAÇÃO INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA						
PROPOSIÇÃO (P)		P20 - IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA E OTIMIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO						
OBJETIVO		Promover a qualidade de vida da população municipal através da implantação de energias alternativas, melhorias na rede elétrica e otimização da iluminação pública e do sistema de comunicação.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, distritos e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Administração e Planejamento Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Obras	25 – Energia / 751 – Conservação de Energia 752 – Energia Elétrica	Fomentar o uso de energia alternativa no município.	CURTO	Nº de edificações que utilizam fontes de energia alternativa	Ampliar em 20% o nº de edificações que utilizam fontes de energia alternativa	- (1)	Recursos próprios.
2			Utilizar fontes alternativas de geração de energia nas edificações públicas, em especial painéis solares, dentre outros.	MÉDIO	% de edificações públicas que utilizam fontes alternativas de geração de energia	Ter 20% de das edificações públicas com fontes alternativas de geração de energia	R\$ 160.000,00 (2)	COPEL; Pró-Cidades; Recursos próprios.
3			Realizar a substituição na iluminação pública por meio de tecnologia LED, bem como para os novos loteamentos, nas mesmas especificações técnicas.	CURTO	número de luminárias públicas existentes	Substituir 2.500 luminárias públicas do município	R\$ 500.000,00 (3)	COPEL; Pró-Cidades; Recursos próprios.
4			Elaborar estudos para viabilizar o transporte elétrico no município, com suas respectivas estações de abastecimento.	MÉDIO	% de elaboração dos estudos	Estudos 100% elaborados	R\$ 150.000,00	COPEL; Pró-Cidades; Recursos próprios.
5		19 – Ciência e Tecnologia / 572 – Desenvolvimento	Melhorar infraestrutura da rede lógica das edificações públicas, promovendo uso de wi-fi naquelas onde ainda não há.	CURTO	% de edificações públicas com acesso de wi-fi	100% das edificações públicas com acesso de wi-fi	R\$ 300.000,00 (4)	Pró-cidades; COPEL; Recursos próprios



6	Tecnológico e Engenharia	Acompanhar a revolução tecnológica para viabilização da nova tecnologia 5G ⁴ , adequando o município às regras normativas da Lei Geral de Antenas (Lei 13.116/2015).	IMEDIATO	% de adequação do município às regras	Município 100% adequado às regras	(1)	Recursos próprios.
TOTAL						R\$	1.110.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

- (1) Ação institucional;
- (2) Custo estimado para instalação de 50 painéis solares no paço municipal e outros 30 distribuídos nas demais edificações públicas, a um custo unitário de R\$ 2.000,00 por painel;
- (3) Estimativa para a substituição de 2.500 luminárias a um custo unitário de R\$200,00;
- (4) Custo estimado.

⁴ A Anatel elaborou uma minuta básica para os municípios aprovarem nas Câmaras Municipais, como forma de adaptar leis locais à nacional. A nova legislação permite um licenciamento seguro e menos burocrático, como a permissão de instalação de antenas de pequeno porte, em pontos estratégicos da cidade, além de pacificar o tema sobre a radiação eletromagnética, que não ameaça a saúde da população.



1.3. PROPOSTAS DO EIXO ECONÔMICO (TRABALHO E LAZER)

QUADRO 23: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

EIXO (E)		E3 - ECONÔMICO						
DIRETRIZ (D)		D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P21 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO						
OBJETIVO		Estimular a produção agropecuária através de práticas agroecológicas, além de e estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL								
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	20 – Agricultura/ 601 – Promoção da Produção Vegetal/ 606 – Extensão Rural.	Estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores (associações e cooperativas), apoiando formas alternativas de comercialização de insumos e produtos, facilitando também o acesso ao crédito agrícola de custeio e investimento.	CURTO	% de assessorias / ações de apoio aos agricultores	Ampliar em 30% as assessorias / ações de apoio aos agricultores	R\$ 100.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; EMATER; Recursos próprios.
2	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	20 – Agricultura/ 601 – Promoção da Produção Vegetal/ 606 – Extensão Rural.	Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná ⁵ (IDR-PR – IAPAR/EMATER), cooperativas, entidades organizadas e iniciativa privada.	CURTO	% das propriedades agropecuárias com acompanhamento técnico	Proporcionar acompanhamento técnico para 100% das propriedades agropecuárias	R\$ 60.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; EMATER; Recursos próprios; Parcerias privadas.

⁵ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar - Emater (IDR-Paraná) foi criado pela Lei Estadual n. 20.121/2019. Ele é resultado da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agropecuário do Paraná (IAPAR). Os quatro órgãos deixaram de existir como instituições autônomas, formando uma única entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.



3	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	20 – Agricultura/ 601 – Promoção da Produção Vegetal/ 606 – Extensão Rural.	Desenvolver a agricultura orgânica, especialmente na porção leste do município sobre a microbacias de abastecimento público de água (Rio Alegria e Rio Ouro Verde), promovendo a articulação e a associação dos produtores no processo de certificação da produção.	CURTO	% de produtores de orgânicos certificados	70% dos produtores de orgânicos certificados	R\$ 35.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; EMATER; Recursos próprios; Parcerias privadas.
4	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	20 – Agricultura/ 603 – Defesa Sanitária Vegetal/ 604 – Defesa Sanitária Animal	Criar selos de origem para os produtos oriundos da agroindústria familiar.	MÉDIO	% de produtores credenciados	100% dos produtores credenciados	R\$ 100.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Recursos próprios.
5		20 – Agricultura/ 606 – Extensão Rural.	Adquirir máquinas, veículos e equipamentos para apoio às atividades rurais.	MÉDIO	Número de novas máquinas e equipamentos adquiridos	03 novas de máquinas e equipamentos adquiridos	R\$ 1.500.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Pronaf; BNDES; Crédito rural; Recursos próprios.
TOTAL							R\$	1.795.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 24: DESENVOLVIMENTO SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

EIXO (E)		E3 - ECONÔMICO						
DIRETRIZ (D)		D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P22 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO						
OBJETIVO		Proporcionar planejamento espacial, por meio da estruturação de áreas planejadas para atração de serviços comerciais, empresariais e de negócios, bem com criação de setores industriais e de serviços em locais estratégicos no município, para a atração e desenvolvimento dos atuais e novos empreendimentos.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana e Distrito de Maralúcia						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		       						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1		22 – Indústria/ 661 – Promoção Industrial. 18 - Gestão Ambiental/ 542 – Controle Ambiental.	Elaborar estudo para alternativa locacional de área, a ser adquirida e devidamente licenciada pelo município para realocar as empresas recicladoras instaladas irregularmente na sede urbana.	CURTO	% do parque industrial preparado para implantação e licenciado	100% do parque industrial preparado para implantação e licenciado	R\$ 500.000,00 (1)	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Recursos Privados; Recursos próprios.
2	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	22 – Indústria/ 661 – Promoção Industrial / 664 – Propriedade Industrial	Viabilizar a implantação dos setores e zonas industriais, respeitados os parâmetros de uso e ocupação definidos na Lei de Zoneamento	CONTÍNUO	Viabilização da implantação dos setores e zonas industriais	Setores e zonas industriais viabilizadas	-	Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL); Recursos próprios.
3	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	20 – Agricultura/ 606 – Extensão Rural. 22 – Indústria/ 661 – Promoção Industrial	Promover incentivos à agropecuária e à implantação de agroindústrias através da garantia de fornecimento de infraestrutura de malha viária.	MÉDIO	% de vias rurais principais com infraestrutura de malha viária adequada.	80% de vias rurais principais com infraestrutura de malha viária adequada.	R\$ 8.000.000,00	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Recursos próprios.
4	Secretaria de Administração e Planejamento	22 – Indústria/ 661 – Promoção Industrial. 11 – Trabalho/ 334 – Fomento ao Trabalho	Promover a implantação da Arranjos Produtivos Locais (APLs).	MÉDIO	% de empresas ligadas à produção e beneficiamento de produtos municipais	Ampliar em 30% a quantidade de empresas ligadas à produção e beneficiamento de produtos municipais	R\$ 20.000,00	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Recursos próprios.



				instalados no município				
5	Secretaria de Agricultura Sustentável e Abastecimento	22 – Indústria/661 – Promoção Industrial. 23 – Comércio e Serviços/691 – Promoção Comercial	Fomentar o sistema de incubadoras de empresas, por meio de parceria com as universidades.	CURTO	% de incubadoras a serem implantadas no município por meio de parceria com as universidades	Ampliar em 30% o número de incubadoras por meio de parceria com as universidades	-	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL); Recursos próprios.
6	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	23 – Comércio e Serviços/691 – Promoção Comercial.	Promover a realização de eventos comerciais e de negócios periódicos no município, com organização de calendário anual.	CONTÍNUO	Quantidade de eventos realizados e criação de calendário anual	Realizar 04 eventos ao ano e calendário anual criado	R\$ 120.000,00	Recursos próprios.
7	Secretaria de Administração e Planejamento	19 – Ciência e Tecnologia/ 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Organizar e consolidar polos tecnológicos específicos aplicados ao desdobramento de atividades já existentes no município.	MÉDIO	% de polos tecnológicos específicos a serem consolidados no município	Ampliar em 30% a consolidação de polos tecnológicos específicos	-	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Recursos próprios.
8		22 – Indústria/661 – Promoção Industrial. 23 – Comércio e Serviços/691 – Promoção Comercial	Aumentar o número de novos negócios no município, por meio da diversificação setorial de polos empresariais/industriais/tecnológicos e formação de novos complexos industriais localizados, em torno de no mínimo uma indústria motriz.	CONTÍNUO	Quantidade de novos negócios	Ampliar ao menos 02 novos negócios ao ano	-	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Recursos próprios.
9		11 – Trabalho/ 332 – Relações de Trabalho	Organizar de maneira efetiva a integração entre as empresas municipais e as universidades e demais instituições afins.	CONTÍNUO	Quantidade de novas integrações	02 novas integrações ao ano	-	Universidades; Recursos próprios.
TOTAL							R\$	8.640.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

(1) Estimativa do custo considera os valores para elaboração do Estudo, EIA-RIMA e Licenciamento da área.



QUADRO 25: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA

EIXO (E)		E3 - ECONÔMICO						
DIRETRIZ (D)		D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P23 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA						
OBJETIVO		Fomentar a geração de mão de obra qualificada e avanços tecnológicos, ampliando a vantagem competitiva das empresas e indústrias municipais.						
LOCALIZAÇÃO		Sede urbana, distrito de Maralúcia e localidades rurais.						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL								
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	11 – Trabalho/334 – Fomento ao Trabalho	Elaborar estudo, em parceria com instituições como o SENAI, SESI, SEBRAE, para avaliar as dotações internas municipais de mão de obra, dinâmica econômica e assim reavaliar as ofertas de cursos técnicos no município e promover o redirecionamento para os setores alvo.	CURTO	Elaboração de estudo específico	Estudo específico elaborado	R\$ 50.000,00	SENAI, SESI, SEBRAE; Recursos Próprios.
2		11 – Trabalho/334 – Fomento ao Trabalho	Alavancar o Parque Tecnológico do município para desenvolvimento de novas tecnologias, incubadoras e principalmente qualificar a mão de obra local.	CURTO	% de incremento de novas tecnologias e incubadoras no Parque Tecnológico municipal	Acréscimo de 30% de incremento de novas tecnologias e incubadoras no Parque Tecnológico municipal	R\$ 200.000,00	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Recursos próprios.
3		11 – Trabalho/334 – Fomento ao Trabalho	Fortalecer a articulação entre a Prefeitura e as instituições e/ou órgãos de pesquisa e assistência técnica como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR – IAPAR/EMATER), Sistema Nacional de Emprego (SINE), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Sindicatos, Associações e Conselhos Municipais e Universidades com o objetivo de potencializar e conferir maior racionalidade em suas ações, principalmente àquelas relacionadas	CONTÍNUO	Número de instituições e órgãos que participam dos Conselhos e Programas / Projetos Municipais	Garantir a participação das principais instituições e órgãos nos Conselhos e Programas / Projetos Municipais	-	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; SEBRAE, IDR-PR (IAPAR/EMATER), SENAC, SESI, SENAI, SENAR, SEST/SENAT; Recursos próprios.



		ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de empreendedores e profissionais das mais diversas áreas econômicas.					
4	11 – Trabalho/ 334 – Fomento ao Trabalho	Firmar convênios com instituições e outros órgãos governamentais e não governamentais para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão de obra local mais qualificada, formando trabalhadores capazes de criar conhecimento, difundir na sociedade, utilizá-lo para assegurar inovação, produtividade, qualidade e, conseqüentemente, competitividade.	CURTO	Quantidade de convênios firmados	Firmar ao menos dois convênios	-	EMBRAPA, SEBRAE, IDR-PR (IAPAR/EMATER), SENAC, SESI, SENAI, SENAR, SEST/SENAT; Recursos próprios.
TOTAL						R\$	250.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.



QUADRO 26: DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO

EIXO (E)		E3 - ECONÔMICO						
DIRETRIZ (D)		D1 - DINAMIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS						
PROPOSIÇÃO (P)		P24 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR TURÍSTICO						
OBJETIVO		Otimizar o potencial turístico do município (atrativos naturais: ecológico, ambiental e de aventura) e religioso-cultural, bem como promover a atração e realização de eventos com fluxo turístico e de negócios ao município.						
LOCALIZAÇÃO		Sede Urbana (Pedreira), Distrito de Maralúcia e Núcleos de Urbanização Específica (Morro da Salete e Espigão).						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		   						
#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	3 – Cultura/ 391- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e 23 – Comércio e Serviços/ 695 – Turismo	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico, contendo o inventário detalhado dos componentes turísticos municipais, bem como as ações, prazos e custos necessários e sua viabilização efetiva.	CURTO	Implementar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico	Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico implementado	R\$ 100.000,00	Ministério do Turismo (Mtur); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST); Recursos próprios.
2		04-Administração/ 125 – Normatização e Fiscalização	Promover a articulação, integração e parcerias entre a Prefeitura e instituições como o SEBRAE, SENAC, SENAR, MTUR, para promover políticas públicas específicas de empreendedorismo turístico.	IMEDIATO	Quantidade de parcerias com instituições	02 novas parcerias com instituições	-	Ministério do Turismo (Mtur); SEBRAE, SENAC, SENAR; Recursos próprios.
3		3 – Cultura/ 392- Difusão Cultural 23 – Comércio e Serviços/695 – Turismo	Valorizar e difundir os cinco pilares do turismo municipal: Turismo ecológico, ambiental e de aventura; Turismo religioso-cultural; Turismo de convenções e eventos e o Turismo Gastro-rural e hoteleiro e de estímulo às agroindústrias.	CURTO	% de divulgação do patrimônio cultura material e imaterial	Ampliar em 60% a divulgação do patrimônio cultural material e imaterial	R\$ 60.000,00	Ministério do Turismo (Mtur); Recursos próprios.
4		Secretaria de Administração e Planejamento	04-Administração/ 125 – Normatização e Fiscalização e 23 – Comércio e Serviços/695 – Turismo	Implementar os Núcleos de Urbanização Específica de Interesse Turístico (Morro da Salete e Espigão), de modo a desenvolver as regiões rurais, com políticas voltadas ao aproveitamento do potencial econômico e turístico.	IMEDIATO	Regulamentação legal dos Núcleos de Urbanização Específica	Núcleos de Urbanização Específica regulamentados legalmente	-



5	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Administração e Planejamento	23 – Comércio e Serviços/ 691 – Promoção Comercial / 695 – Turismo e 04-Administração/ 125 - Normatização e Fiscalização	Apoiar a consolidação dos Eixos de Desenvolvimento Turístico, mediante a permissão legal para implantação de empreendimentos turísticos como pousadas, hotéis, restaurantes, bem como instalação de pontos de venda de comercialização dos produtos artesanais e agrícolas da região, elaborando estudo locacional para instalação de pontos de venda ao longo desses eixos.	IMEDIATO	Aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo que contempla os Eixos de Desenvolvimento Turístico no macrozoneamento	Lei de Uso e Ocupação do Solo (macrozoneamento) aprovada, que contempla os Eixos de Desenvolvimento Turístico	-	Ministério do Turismo (Mtur); Recursos próprios.
6	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Obras	09 - Urbanismo/ 451-Infraestrutura Urbana	Implantar infraestrutura acessível (acessos e sinalizações) aos atrativos turísticos municipais e comunidades do interior.	CURTO	% de infraestrutura acessível implantada nos atrativos turísticos e culturais municipais	50% de implantação de infraestrutura acessível nos atrativos turísticos e culturais municipais	R\$ 1.500.000,00 (1)	Ministério do Turismo (Mtur); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST); Recursos próprios.
7	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	03 – Cultura/ 391- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e 04-Administração/ 125 - Normatização e Fiscalização	Elaborar e aprovar legislação municipal de proteção ao patrimônio histórico, cultural e ambiental, complementando leis já existentes.	IMEDIATO	Elaboração e aprovação de legislação municipal de proteção ao patrimônio	Legislação municipal de proteção ao patrimônio elaborada e aprovada.	-	Recursos próprios.
8	Secretaria de Educação e Cultura	3 – Cultura/ 392- Difusão Cultural e 23 – Comércio e Serviços/ 695 – Turismo	Promover a atração de eventos turísticos, culturais com grupos de teatro, música, corais e religiosos, gastronômico, bem como de negócios, convenções e eventos (por meio do uso do complexo Lar Centro de Eventos).	CURTO	% de ampliação na atração de eventos turísticos e culturais	Ampliar em 30% a atração de eventos turísticos e culturais	R\$ 20.000,00	Ministério do Turismo (Mtur); Recursos próprios.
9	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Obras	15 – Urbanismo/ 452 – Serviços Urbanos e 27 – Desporto e Lazer/ 813 – Lazer	Apoiar e implementar o percurso cicloturístico de Medianeira (cerca de 37,8km). Trecho conexão sede – Morro da Salete, cerca de 2,65 km Trecho conexão sede – Distrito Maralúcia – Espigão, cerca de 35,15 km	CURTO	Km de percurso cicloturístico implantado	10 km de percurso cicloturístico implantado (conexão sede ao Morro da Salete)	R\$ 397.500,00 (2)	Ministério do Turismo (Mtur); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST); Recursos próprios.
10	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	3 – Cultura/ 391- Patrimônio Histórico, Artístico	Incrementar o Plano de Comunicação e Marketing Turístico de Medianeira (marca turística, redes sociais, website inteligente,	CURTO	% de incremento no Plano de comunicação e	40% de incremento no Plano de comunicação e	R\$ 50.000,00	Secretaria do Desenvolvimento



		e Arqueológico e 392- Difusão Cultural e 23 – Comércio e Serviços/ 695 – Turismo	material de divulgação, mapa turístico e calendário de participação em feiras, eventos e fóruns).		marketing turístico	marketing turístico implantado		Sustentável e do Turismo (SEDEST); Operação de crédito com instituição financeira; FMT; Recursos próprios.
TOTAL							R\$	2.127.500,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.



NOTA:

- (1) Considerou-se a pavimentação e sinalização para cerca de 10km, sendo previsto o montante de R\$ 150.000,00/km (considerando revestimento primário compactado ou pedras poliédricas).
- (2) Considerou-se o valor de R\$ 150.000,00/km por percurso cicloturístico (considerando revestimento primário compactado ou pedras poliédricas). Inicialmente, a curto prazo, seria efetivado o percurso da sede ao Morro da Salete (cerca de 2,65km). Posteriormente deverão ser implantados mais 35,15km para interligação de outro percurso da sede ao Distrito de Maralúcia e Espigão.



1.4. PROPOSTAS DO EIXO INSTITUCIONAL

QUADRO 27: ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, INSTITUCIONAL E DE FISCALIZAÇÃO

EIXO (E)		E4 - INSTITUCIONAL						
DIRETRIZ (D)		D1 - ESTRUTURAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INSTITUCIONAL						
PROPOSIÇÃO (P)		P25 - ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA, E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO						
OBJETIVO		Dotar a administração pública de servidores e técnicos municipais em quantidades suficientes e com capacitações periódicas, bem como de um eficiente sistema de operacionalização dos sistemas municipais e fiscalizações efetivas.						
LOCALIZAÇÃO		Todo o município						
DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE - ODS DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL		  						
A#	Responsável (órgão/unidade orçamentária)	Dimensão (Função) Portaria 42/1999	Tema - ação (projeto/atividade)	Prazo	Indicadores de resultados	Meta	Custo (despesa orçamentária)	Fonte de recursos (recursos orçamentários)
1	- Secretaria de Finanças - Secretaria de Administração e Planejamento	04 – Administração / 124 – Controle Interno e 128 – Formação de Recursos Humanos	Promover treinamento, capacitação e atualização dos recursos humanos Administração Municipal, em função do perfil necessário para cada unidade e um programa de capacitação acompanhado pelas medidas institucionais necessárias, como adaptação de cargos às novas funções.	CONTÍNUO	Nº de cursos/ treinamentos realizados	Realizar pelo menos 1 curso semestral de capacitação	R\$ 50.000,00 (1)	Recursos Próprios.
2		19 – Ciência e Tecnologia / 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 04 – Administração / 124 – Controle Interno e 126 – Tecnologia da Informação	Implantar Sistema de Informação Geográfica - SIG que utilize as tecnologias de mapeamentos disponíveis como ambiente gerencial de apoio a decisão, integrando os Sistemas Gerenciais ao Controle Espacial e ao Sistema de Administração de Dados Geográficos Legais assim como ao de Política Cidadã.	CURTO	% do Sistema de Informação Geográfica – SIG implantado	Implantar 100% do Sistema de Informação Geográfica – SIG	R\$ 400.000,00	Recursos Próprios; Parcerias Privadas.
3		04 – Administração 126 – Tecnologia da Informação e 127 – Ordenamento Territorial	Criar equipes responsáveis pela manutenção das informações do SIG em cada secretaria, com equipamentos e treinamentos, visando a ampliação da gestão da Secretaria de Administração e Planejamento.	CURTO	% das secretarias com equipes responsáveis pela manutenção das informações do SIG	Possuir 100% das secretarias com equipe responsável pela manutenção das	R\$ 30.000,00 (2)	Recursos Próprios; Parcerias Privadas.



				informações do SIG			
4	04 – Administração / 124 – Controle Interno e 126 – Tecnologia da Informação	Atualizar a base de dados do cadastro imobiliário, inclusive efetivando o recadastramento imobiliário, mantendo o mesmo sempre atualizado e integrado ao SIG, bem como da Planta Genérica de Valores – PGV.	CURTO	% de atualização da PGV	PGV 100% atualizada	R\$ 150.000,00 (3)	Recursos próprios.
5	04 – Administração / 124 – Controle Interno	Ampliar o quadro de servidores para o exercício da fiscalização municipal em geral: tributária (empresas clandestinas e sonegação de impostos), de posturas, de obras (movimentação de terra, botafora, edificações, parcelamentos e loteamentos, cadastro de imóveis), sanitária (saúde pública, saneamento básico), de mobilidade (trânsito) e ambiental.	CURTO	Nº de fiscais contratados	Contratação de 2 fiscais	R\$ 90.000,00 (4)	Recursos Próprios.
6	04 – Administração / 124 – Controle Interno e 131 – Comunicação Social	Aprimorar o sistema de Atendimento ao Cidadão e munir o Portal de Transparência com o maior volume de informações possíveis	CURTO	% de aprimoramento do sistema de Atendimento ao Cidadão	50% de aprimoramento do sistema de Atendimento ao Cidadão	R\$ 50.000,00	Recursos Próprios.
7	04 – Administração / 124 – Controle Interno e 127 – Ordenamento Territorial	Consolidar a estrutura administrativa proposta por meio da implementação do GTP e CONCIDADE (fusão do CMP+COMUR) e criação dos fundos municipais da cultura e desportivo (FMC e FMDES).	CURTO	Conselhos e Fundos implementados	Ter implementado todos os Conselhos e Fundos propostos	- (5)	Recursos Próprios.
8	04 – Administração / 131 – Comunicação Social 14 – Direitos da Cidadania / 422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	Estimular a dinamização dos vários conselhos comunitários, associações e terceiro setor, bem como associação com caráter regional, como Comitês de Bacias, Consórcios de serviços de interesse comum e outros, viabilizando a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão urbana, especialmente no que se refere ao controle social sobre a alocação de recursos públicos e a qualidade dos serviços urbanos.	CONTÍNUO	nº. de reuniões ou audiências públicas ou conferência municipal para debate e divulgação da gestão urbana e municipal	01 evento público ao ano, para debate e divulgação da gestão urbana e municipal	- (5)	Recursos Próprios.
9	04 – Administração / 124 – Controle Interno e 127 –	Operacionalizar o sistema de indicadores e instrumentalizar o GTP e CONCIDADE quanto ao acompanhamento e monitoramento do PDM (por meio de um profissional vinculado ao GTP, destinada a	CONTÍNUO	Nº de reuniões trimestrais para acompanhamento	Realizar ao menos 1 reunião trimestral para	- (2)	Recursos Próprios.



	Ordenamento Territorial	este fim, preferencialmente um arquiteto), tanto quanto a suas legislações quanto à execução das ações previstas no PDM e no seu Plano de Ação e Investimento.		e monitoramento do cumprimento das metas e a aplicação do PDM	acompanhar e monitorar o cumprimento das metas e a aplicação do PDM		
10	04 – Administração / 124 – Controle Interno e 128 – Formação de Recursos Humanos	Realizar concurso público para contratação de profissionais de nível superior para integração da equipe técnica municipal (por exemplo: arquiteto, engenheiro, conforme necessidade), tendo em vista a implementação do PDM, dentre outras demandas.	IMEDIATO	Nº de profissionais de nível superior contratados por concurso público para esta área	Contratação de 02 profissionais de nível superior por concurso público	- (5)	Recursos Próprios.
TOTAL						R\$	770.000,00

FONTE: MEDIANEIRA, 2022. Elaborado por TESE Tecnologia.

NOTA:

- (1) Custo estimado em R\$ 25.000,00 por semestre.
- (2) Custo estimado em R\$ 7.500,00 ao ano para treinamentos e R\$ 22.500,00 para aquisição de novos equipamentos.
- (3) Custo estimado, que depende da tipologia de atualização realizada ou contratada.
- (4) Salário do fiscal municipal estimado em R\$ 2.500,00 mensal, além dos encargos.
- (5) Ação institucional.



1.5. SÍNTESE DAS AÇÕES DO PAI

Este item apresenta a síntese das ações totais do PAI por Eixo de Desenvolvimento Sustentável (**QUADRO 28**). O montante total, considerando o período de 05 (cinco) anos é da ordem de R\$ 134.484.500,00 sendo o Eixo Socioespacial - Infraestrutura Urbana e Transporte o que apresentou as ações mais onerosas e o Eixo Institucional as menos onerosas.

QUADRO 28: SÍNTESE DAS AÇÕES POR EIXO

EIXOS DE SUSTENTABILIDADE		CUSTO TOTAL DAS AÇÕES
1 - Ambiental		R\$ 11.225.000,00
2 – Socioespacial	R\$ 24.350.000,00	R\$ 24.350.000,00
	R\$ 27.872.000,00	R\$ 27.872.000,00
	R\$ 12.575.000,00	R\$ 12.575.000,00
	R\$ 47.780.000,00	R\$ 44.880.000,00
3 - Econômica		R\$ 12.812.500,00
4 - Institucional		R\$ 770.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 134.484.500,00



2. CONCLUSÃO - CAPACIDADE MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS

De acordo com informações já apontadas na FASE 2 da presente revisão (Produto 2.11 - Capacidade de investimento do município), em 2019 a operação de crédito permitia superar os patamares de R\$ 10 e R\$ 13 milhões de receita de capital, respectivamente. A média atingiu R\$ 9 milhões/ano. Por outro lado, os investimentos atingiram uma média de R\$ 14,5 milhões ano, com forte expansão em 2019. Em 2020 essa média diminuiu, por conta da contração de investimentos no primeiro semestre, exceto em saúde. A retomada da economia urbana ficou na dependência de um programa de investimentos públicos, para fomentar a economia local e permitir a absorção da mão de obra, além das adequações às novas exigências sanitárias. Salienta-se que o município possui ainda condição bastante favorável para obtenção de recursos adicionais, bem como apresenta satisfatória capacidade de endividamento, o que possibilita ao município assumir novas dívidas de características onerosas ou não.

Tendo em vista a capacidade de pagamento municipal, para efeito da análise da viabilidade de implantação do Plano de Ação e Investimentos (PAI), principalmente porque neste está previsto fontes de recursos próprios como contrapartida do Município, pode-se entender que o superávit primário deverá cobrir as parcelas da dívida e o montante das contrapartidas necessárias conforme a fonte de recurso que foi acionada.

Portanto, a situação mais desfavorável ao Município é a realização de Empréstimos e Financiamentos na maior parte do montante total do Plano de Ação e Investimentos (PAI), uma vez que nesta condição, o município gerará gastos superiores de juros e encargos sobre a dívida contraída (novos empréstimos e financiamentos) em vários anos. Além disso, a maior parte destas linhas de crédito exige a participação do município através da contrapartida de recursos próprios. Nas outras formas de financiamento do PAI, poderá ou não existir a contrapartida, mas nunca ocorrerá a necessidade de gastos com juros e encargos da dívida.

Como peça fundamental para tomada decisória da tipologia de fonte de recurso a ser utilizada, o cálculo das capacidades de endividamento e pagamento deve ser realizado sistematicamente.

A **TABELA 1**, a seguir, apresenta a simulação dos indicadores de endividamento e de pagamento da dívida existente no Município, de acordo com dados disponíveis. Verifica-se que o custo total das ações propostas no PAI **em 5 anos** é de **R\$ 134.484.500,00**. Há que se considerar as possibilidades de fontes secundárias para captação de recursos, não sendo em sua totalidade necessários recursos próprios. Constata-se, portanto, que Medianeira **tem** capacidade de endividamento para efetivar as ações do PAI.

**TABELA 1: CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA CONTRAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS**

VARIÁVEIS	DEZ/2019 (R\$)
Receita Corrente Líquida	144.425.245,92
Dívida Consolidada	24.794.179,89
Dívida Consolidada Líquida	1.179.889,14
% DCL/RCL	0,82
Limite para DCL – Resolução Senado Federal (120% da RCL) ⁽¹⁾	173.310.295,10
Limite de Alerta para DCL - LRF (108% da RCL)	155.979.265,59
Possibilidade de Endividamento Máximo: (120% RCL – DCL)	172.130.405,96
Possibilidade de Endividamento Responsável: (Limite Alerta – DC)	131.185.085,70
Montante Total para Execução do Plano de Ação do PDM ⁽²⁾	134.484.500,00

FONTES: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI/FINBRA: Relatório de Gestão Fiscal Prefeitura Municipal de Medianeira, Portal da Transparência.

NOTA:

(1) Limite estabelecido no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, cuja condição máxima permitida para o endividamento líquido é não ser superior a 1,2 vezes a sua geração de receita corrente líquida (RCL).

(2) Montante total das ações do PAI em 05 (cinco) anos (prazo: imediato, curto e médio).

Nesta simulação os custos são estimados dentro do que se prevê como sendo necessário para a realização das ações do PAI. É importante que a administração pública e o Grupo Técnico Permanente (GTP) realizem ajustes periódicos no PAI e proceda a revisão/atualização constante das ações, a fim de fazer a gestão dos prazos e investimentos propostos, de modo que o saldo fique de acordo com a realidade de execução. Além de constantemente buscar captar recursos junto as esferas estaduais e federais.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasil, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.587**, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em nov. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.116**, de 20 de abril de 2015. Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13116.htm>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.026**, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasil, 2020. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>>. Acesso em nov. 2021.

CAFRUNE, M. E. **O direito à cidade no Brasil**: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan.-jun. 2016.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros**. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf>. Acesso em: set. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Repositório. Direito à Cidade, Cidades para Todos e a Estrutura Sociocultural Urbana**. Brasília: Ipea, [s.d.]. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20C3%A0%20cidade.pdf>>. Acesso em set, 2021.



MARICATO, E. **The recent urban protests in Brazil**. 2016. Acesso em: 18 jul. 2016.

MEDIANEIRA. **PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico**. DRZ Geotecnologia e Consultoria LTDA EPP, 2018.

PARANÁ. **Lei Estadual n. 20.121/2019**. Autoriza a incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, nas condições que especifica, pelo Instituto Agrônomo do Paraná, e adota outras providências. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=230514&codItemAto=1430033>>. Acesso em jan. 2022.

ROLNIK, R. (Org). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo: FAO/USP, 2012.

ROMANINI, Anicoli. **Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS**. Passo Fundo: Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, 2007. 271 p.

ROMERO, Marta, **O desafio da construção de cidades**, artigo publicado em 2006.

SINDUSCON. Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (SINDUSCON-PR). **Tabelas CUB-PR**. Disponível em: <<https://sindusconpr.com.br/tabela-completa-370-p>>. Acesso em abr. 2022.